

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E PRÁTICA EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL

ORGANIZAÇÃO

FÁTIMA TAVARES
SIMONI LAHUD GUEDES
CARLOS CAROSO

AUTORES

CARLOS CAROSO
CHRISTINA RUBIM
CÍNTIA BEATRIZ MULLER
FÁTIMA TAVARES
ISABEL GOBBI
JOSÉ MARIA TRAJANO
ONDINA FACHEL LEAL
ROGÉRIO ROSA E FLÁVIA REITH
SILVANA NASCIMENTO
SIMONI LAHUD GUEDES

ABA

Associação Brasileira de Antropologia

O campo da antropologia, nesses últimos anos, conheceu uma expansão nunca vista. Certamente, isto se deve a criação de novos programas de pós-graduação e de cursos de bacharelado em antropologia, assim como a crescente demanda de antropólogos em diferentes áreas de atuação profissional (ONGs, INCRA, ministérios, empresas, faculdades particulares, instituições privadas e públicas diversas). Diante dessa nova realidade, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tem se esforçado para promover debates e reflexões sobre o ensino e a profissionalização dos antropólogos. Todavia, tal incumbência se encontra a cargo da Comissão de Ensino e Ofício do Antropólogo que agora disponibiliza ao leitor este interessante livro em versão eletrônica. A capacidade de percepção e modos de olhar dos autores, assim como a diversidade e matizes de suas análises e interpretações, permitiram-lhes perscrutar um campo multifacetado de interesses temáticos sobre experiências de ensino e atividade profissional. Trata-se realmente de um documento

de grande importância que ajudará ao leitor a entender melhor as novas dinâmicas que permeiam esse campo disciplinar, sugerindo que o ensino e a pesquisa não podem ficar apenas circunscritos às academias, mas, também, indo além de seus muros. Esse transbordamento, quem sabe, não seja o principal desafio dos antropólogos nos próximos anos e, por conseguinte, a prova maior de vitalidade da antropologia.

Antonio Motta



EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E PRÁTICA EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL

Organização

*Fátima Tavares
Simoni Labud Guedes
Carlos Caroso*

Autores

*Carlos Caroso
Christina Rubim
Cíntia Beatriz Muller
Fátima Tavares
Isabel Gobbi
José Maria Trajano
Ondina Fachel Leal
Rogério Rosa e Flávia Reith
Silvana Nascimento
Simoni Labud Guedes*

Todos os direitos reservados - É proibida a reprodução total ou parcial dessa obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Universidade de Brasília - Departamento de Antropologia
Campus Universitário Darcy Ribeiro
ICC Centro, Sobreloja - B1-349/65
Telefone/fax: (55) (61) 3307-3754
www.abant.org.br

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Denny Guimarães de Souza Salgado
Paulo de Tarso Soares Silva

CRIAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA DA CAPA

Willy de Almeida Rodrigues Salgado

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Carlos Caroso
Christina Rubim
Cíntia Beatriz Muller
Fátima Tavares
Isabel Gobbi
José Maria Trajano
Ondina Fachel Leal
Rogério Rosa e Flávia Reith
Silvana Nascimento
Simoni Lahud Guedes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Ícone Gráfica e Editora
www.iconecv.com.br
(61) 3563-5048

2936

Tavares, Fátima.

Fátima Tavares, Simoni Lahud Guedes, Carlos Caroso. Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil; Brasília- DF; Ícone Gráfica e Editora, 2010.

104p. ; 21cm

ISBN 978-85-87942-03-6

1. Antropologia. 2. Ciências Sociais. 3.Educação. I. Título.

CDU 572+30

“...se para a filosofia a questão é ‘fundamentar racionalmente uma ética universal’ (Apel), para o antropólogo ou cientista social a questão será a de como agir eticamente.”

Roberto Cardoso de Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIOS

Carlos Caroso..... 7

1ª PARTE

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO NA GRADUAÇÃO: DEPOIMENTOS

1. OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL (2000, 2005 E 2010)

Christina Rubim 13

2. BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA EM BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS

José Maria Trajano..... 21

3. BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA EM RIO TINTO, PARAÍBA

Silvana Nascimento 31

4. BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas: UM CURSO NA FRONTEIRA

Rogério Rosa e Flávia Reith..... 41

INTERMEZZO

5. DE QUE ANTROPOLOGIA(S) PRECISAMOS? PROFISSIONALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DO ENSINO

Fátima Tavares 51

6. A PRÁTICA DA ANTROPOLOGIA E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS: NOTAS SOBRE ENSINO E PESQUISA <i>Simoni Lahud Guedes</i>	63
---	----

2^A PARTE

ATUAÇÃO DOS ANTROPÓLOGOS NO BRASIL

7. A FUNAI COMO CAMPO DE ATUAÇÃO DOS ANTROPÓLOGOS <i>Isabel Gobbi</i>	76
---	----

8. POR UMA ANTROPOLOGIA NÃO SITIADA: O CAMPO DE ATUAÇÃO DO ANTROPÓLOGO NO MUNDO <i>Ondina Fachel Leal</i>	80
---	----

9. A PRÁTICA ANTROPOLÓGICA: O DESAFIO DE TRABALHAR EM ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS <i>Cíntia Beatriz Muller</i>	89
--	----

10. ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL <i>Carlos Caroso e Fátima Tavares</i>	97
--	----

APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIOS

Não constitui novidade a discussão sobre duas questões de grande relevância e pertinência para a definição do campo de atuação do antropólogo no Brasil, sendo estas a formação, particularmente no nível de graduação (bacharelado), e a profissionalização, representada pela regulamentação da atuação profissional. No segundo caso, é importante frisar que a ABA frequentemente se depara com solicitações de associados e não-associados para que lhes municiem com informações sobre o exercício profissional, já que lhes é exigido registro do qual não dispõem por não ser a profissão de antropólogo regulamentada, causando, assim, frequentes questionamentos quando se trata de estabelecer responsabilidade técnica que exige um registro num órgão profissional.

Entre outras tarefas que nos foram repassadas pelas diretorias anteriores para dar continuidade, por representarem o nosso mais alto interesse como antropólogos atuantes em vários campos e nas políticas acadêmicas e profissionais, recebemos da gestão 2006-2008 a incumbência de prosseguir com estas discussões e intensificá-las, uma vez que os acontecimentos naquele momento já se encontravam mais adiantados do que nossas discussões a respeito destes, particularmente no tocante à formação de antropólogos no nível de graduação como bacharéis, implantadas, em implantação ou em discussão através de propostas estimuladas pelo REUNI, que veio a ampliar

cursos e vagas em Instituições Federais de Ensino, com ganhos palpáveis e bastante positivos para a ampliação da formação científica e profissional no Brasil.

Seguindo as sugestões que nos foram encaminhadas pelos participantes do GT Ofício do Antropólogo(a)¹, que discutia a profissionalização, uma das primeiras providências que tomamos foi de unificar esta discussão; formação e profissionalização, no âmbito da Comissão de Ensino², que passou a ser denominada Comissão de Ensino e Ofício do Antropólogo e teve como coordenadora e vice, respectivamente, Simoni Lahud Guedes e Léa Freitas Peres. Esta última que deixou de ser coordenar a Comissão por vontade própria, em vista de projetos acadêmicos que lhe fariam ausentar-se do país pelo período de um ano.

Objetivando dar continuidade àquelas discussões tão relevantes para a formação e profissionalização de antropólogos e sua atuação, foram realizados dois fóruns em que se discutiu estas questões. O primeiro no âmbito da II Reunião Equatorial de Antropologia, que ocorreu em Natal, RN, em agosto de 2009 e o segundo por ocasião da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em Belém, PA, em agosto de 2010.

Do segundo foram recuperados depoimentos que compreendem a primeira parte desta coletânea, que resultam do esforço da Comissão de Ensino e Ofício do Antropólogo, que organizou durante a 27ª RBA, dois Fóruns Especiais. Nestas duas sessões plenas de conversa e debate foram abordados alguns dos dilemas atuais envolvidos no campo da antropologia brasileira, como as recém-criadas graduações em antropologia e questões referentes ao trabalho do profissional junto a instituições variadas, como a FUNAI, Ministério Público, ONGs, dentre outras.

1. Compuseram o GT, sob a coordenação de **Henyo Trindade Barretto Filho** (IEB), **Everardo Rocha** (PUC-RJ), **Marco Paulo Fróes Schettino** (MPF), **Mírian Regini Nuti** (EPE), **Roberto Alves de Almeida** (INCRA). O relatório encaminhado à Diretoria da ABA biênio 2008-2010.

2. Da mesma forma, a Comissão de Ensino que foi coordenada pela Professora Léa Perez no período 2006-2008 encaminhou extenso relatório com suas realizações, que foram muito importantes para o encaminhamento das discussões no período da gestão 2008-2010.

A partir dos anos 90, a questão do ensino da antropologia no Brasil atravessou diferentes momentos que se superpuseram. Inicialmente as iniciativas da ABA trataram dos desafios da expansão do ensino de antropologia no nível da graduação e pós-graduação. A questão da graduação em antropologia foi abordada, embora não tenha adquirido maior relevância. Um segundo momento das discussões foi marcado pela problematização da pós-graduação como identificador profissional. Como melhor preparar esse estudante? Concentrando a formação no nível da pós-graduação ou investir os esforços numa reavaliação do lugar da formação antropológica no âmbito das ciências sociais, partindo para a criação de graduações em antropologia?

Se em momentos anteriores a questão da graduação em antropologia carecia de mobilização e discussões sistemáticas, o momento atual exige novas redefinições, à medida que alguns cursos de graduação em antropologia em IFES já estão em funcionamento no país, um destes devendo ter seu primeiro grupo de egressos em 2010. Embora as outras questões não tenham se esgotado, os desafios em torno do perfil de profissional que emerge da graduação em antropologia é uma questão premente.

Considerando que a graduação em antropologia é uma realidade no país, o objetivo do primeiro Fórum Especial foi o de estimular uma discussão sobre essa formação, considerando a diversidade geográfica e de áreas de especialização do corpo docente na antropologia brasileira. Esse Fórum intitulou-se “Graduação em Antropologia no Brasil: experiências e perspectivas”³ e contou com a participação de antropólogos de diferentes universidades brasileiras, que apresentaram relatos sobre o processo de implementação dos cursos de graduação em antropologia atualmente em curso. José Maria Trajano, com a experiência da Universidade Federal do Amazonas (Campus Benjamim Constant), Silvana Nascimento, falando sobre a Universidade Federal da Paraíba (Campus Rio Tinto), Rogério Rosa, sobre a Universidade Federal de Pelotas e Eduardo Viana Var-

3. Agradecemos especialmente ao estudante José S. Lima Newton (graduando em Ciências Sociais – UFPA) que produziu um relatório sobre os Fóruns organizados pela Comissão de Ensino e Ofício naquela RBA. Sua contribuição foi fundamental para a recuperação da memória desses eventos.

gas, com a Universidade Federal de Minas Gerais. Também foram abordadas questões sobre os cursos de graduação em ciências sociais no depoimento de Christina Rubim (UNESP) e análises comparativas sobre o perfil dos projetos de graduação em antropologia, objeto da apresentação de Fátima Tavares (UFBA), que veio a aprofundar a discussão no texto incluído na coletânea.

Nesse primeiro dia, assistiram ao Fórum cerca de 55 pessoas. Durante o debate, nas perguntas dos discentes pudemos constatar o forte interesse pelo ensino da graduação em antropologia: os desafios da criação de cursos de antropologia e seus processos burocráticos, os perfis que emergem dos projetos pedagógicos e as novas demandas de estudo da antropologia.

O segundo Fórum intitulou-se “O campo de atuação dos antropólogos no Brasil” e foi ainda mais concorrido que o primeiro, contando com a presença de 85 participantes. O objetivo da Comissão de Ensino e Ofício do Antropólogo neste Fórum foi de discutir o campo de atuação dos antropólogos no Brasil, considerando os diferentes níveis de formação e suas distintas inserções profissionais. A antropologia brasileira vem, há décadas, posicionando-se significativamente na cena política brasileira. Pretendíamos, assim, discutir os desafios destas diferentes inserções (ONGs, instituições governamentais, empresas etc) e suas relações com o trabalho acadêmico, além de refletir sobre o ensino de antropologia para não-antropólogos. Finalmente, buscávamos, ainda, abordar a oportunidade e a conveniência da regulamentação da profissão, considerando, inclusive, o impacto da recente criação de cursos de graduação em antropologia no Brasil.

Como debatedores, a mesa foi composta por um leque de antropólogos com inserções bastante diversas no campo profissional. Inicialmente falaram os antropólogos do INCRA José Flávio de Souza, Roberto de Almeida e Guilherme Mansur. Nesses relatos foram abordadas questões como o trabalho de atuação do INCRA no contexto antropológico sobre os quilombolas; a atuação dos antropólogos no INCRA e o estudo para a intervenção fundiária; o papel do INCRA na mediação de conflitos e resolução de problemas no âmbito da terra; o objetivo de análise da construção territorial pelo antropólogo. Especial destaque teve a questão do relatório antropológico ou “laudo”: o

diálogo interdisciplinar e intersetorial; as lutas pela “invalidação” junto a segmentos interessados; a desmistificação da carência de antropólogos e a questão do tempo de pesquisa necessário a sua realização.

Seguindo a exposição, Izabel Gobbi, da FUNAI, abordou questões sobre a identidade do antropólogo no âmbito da instituição, a atuação da FUNAI no ensino da antropologia em turmas do magistério. Já Henyo Barreto, antropólogo atuando em uma ONG, destacou o trabalho de desenvolvimento em temas antropológicos com povos indígenas; o quadro de trabalho do antropólogo diante de uma política dominante e sua interferência no trabalho antropológico nos órgãos públicos. A última debatedora foi Fernanda Paranhos, antropóloga do Ministério Público Federal, que enfatizou a importância do diálogo entre a questão antropológica a jurisprudência do Estado brasileiro.

Além de algumas contribuições dos Fóruns aqui reunidas, temos ainda outros trabalhos que foram solicitados a Ondina Fachel Leal, uma das participantes programadas para apresentação que teve de se ausentar e posteriormente enviou seu texto. A reflexão de Cintia Beatriz Miller que não participou das discussões no Fórum veio enriquecer a discussão sobre a participação de antropólogos em organizações não-governamentais, que, no momento é um dos lócus de grande importância para a atuação profissional de antropólogos. Em ambos os casos, a experiência profissional relatada se dá em áreas cuja demanda atual por antropólogos qualificados constitui um desafio para a formação

O registro destes documentos em um livro eletrônico e acessível a associados e não associados da ABA tem como objetivo incrementar o debate em torno das questões que nos parecem de grande relevância neste momento, ou seja, a formação em graduação, a continuidade nos cursos de pós-graduação e o mundo do trabalho do profissional em Antropologia. Antes de pretenderem ser textos acabados, estes são textos para discussão e chamada de atenção para a importância do momento em que se iniciam os cursos de graduação em Antropologia no país, visando a fomentar a formação de um profissional melhor habilitado a lidar com questões antropológicas, outrora imersas e pouco compreendidas em vista de uma formação teórica e metodológica excessivamente influenciada pelo pensamento sociológico no âmbito

dos cursos de Ciências Sociais, em muitos dos existentes, sequer dispondo de habilitações ou concentrações que contemplem a formação mais cuidadosa de antropólogos.

Ao tempo em que esta coletânea era organizada, a ABA foi chamada a participar de Encontros de Trabalhadores da Assistência Social em que veio discutir o papel e participação dos antropólogos no Sistema Unificado de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Pensamos ser útil incluir o texto que resultou da participação e relatos de Lia Zanota Machado, Cintia Beatriz Muller e Carlos Caroso, em quatro reuniões preparatórias para o Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, que deverá ocorrer em Brasília nos dias 30 e 31 de março do ano de 2011.

Carlos Caroso

OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL (2000, 2005 E 2010)

Christina Rubim

Neste texto apresento uma reflexão sobre minha experiência como membro da Comissão de Avaliação in loco das Condições de Ensino (ACE) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira¹ (INEP), que é um órgão do Ministério da Educação (MEC), que eu participo desde 1999. A experiência da avaliação na pós-graduação que começou em 1977 hoje está consolidada.” Questionam-se os critérios, mas ninguém questiona a avaliação em si e nós no Brasil temos uma cultura de que quando se fala em avaliação todo mundo treme, pois a avaliação é entendida na maioria das vezes, como um momento de mérito ou demérito, de hierarquização. Na graduação, a tentativa inicial é de 1983 com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) e dez anos depois surge o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub, 1993)¹.

No final dos anos noventa, a primeira avaliação que eu participo é uma avaliação com a Gláucia Villas Boas, do Rio de Janeiro. Nós fomos avaliar um curso de ciências sociais, eu lembro que não tinha

1 Consultar Rubim, Christina de Rezende. Considerações sobre a avaliação dos cursos de graduação em Ciências Sociais pelo MEC-Inep In: GROSSI, Miriam Pillar, TASSINARI, Antonela e RIAL, Carmem (Org.). Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra, 2006.

nada, a gente só ganhava passagem de avião e diárias da instituição a ser avaliada, gerando muitos constrangimentos. Não existiam orientações e o relatório a ser entregue era de total responsabilidade nossa. De lá para cá, são onze anos, mudou muito. Com o governo Fernando Henrique já havia se instituído o “provão” (Exame Nacional de Cursos), com o Lula entrou o ENADE, (Exame Nacional de Avaliação do Estudante), e se está tentando fazer uma avaliação levando-se em conta cinco dimensões. Uma delas é a prova de conhecimentos específicos e gerais, o ENADE, e a avaliação do aluno sobre a prova. Então o ENADE equivale a 20% da nota para o credenciamento ou credenciamento. A auto-avaliação que a instituição faz sobre o seu curso de graduação equivale a mais 20% dessa nota. A avaliação institucional, que é feita por outra comissão, vale outros 20%. O censo universitário faz parte também de 20% dessa nota. E os últimos 20% é dado por essa avaliação *in loco*, quando participam dois professores da área específica. Nós ficávamos quatro dias na instituição, conversando com alunos, professores, funcionários e gestores, preenchendo um formulário *on line*, muitas vezes se comunicando em tempo real com o Inep resolvendo pendências, pois este mesmo formulário chegava já preenchido e fundamentado pelos seus respectivos coordenadores de curso. A idéia era fazer essa avaliação todos os anos, para que pudesse haver um acompanhamento constante dos cursos de graduação, pois eram muitas as instituições privadas que contratam doutores, credenciavam-se e depois, simplesmente despediam estes docentes. Mas, por falta de dinheiro, resolveu-se fazer esta avaliação de três em três anos, com o ENADE sendo aplicado no primeiro e último ano do curso. Assim, conseguiríamos uma série histórica e um bom acompanhamento dos cursos, captando o que a universidade agrega de conhecimento ao aluno, já que as provas aplicadas são iguais para calouros e concluintes. Penso que acabei conhecendo cerca de 80% dos cursos de ciências sociais no Brasil porque eu fazia parte dessa comissão de avaliação *in loco* e coordenava também a comissão que era assessora do ENADE.

A partir dessa experiência resolvi fazer uma pesquisa quantitativa sobre os cursos de ciências sociais no ano de 2000, 2005 e agora em 2010. É esta pesquisa comparativa que vou mostrar para vocês.

Quero também deixar claro que no último um ano e meio estive no exterior fazendo pós-doutorado, então, estou chegando agora e afastada do que está acontecendo.

TABELA I:

Distribuição dos cursos de Ciências Sociais por estado e região (2000):

Região/Estado	Nº	%
Sudeste	40	45,45
São Paulo	16	40,00
Rio de Janeiro	10	25,00
Minas Gerais	11	27,50
Espírito Santo	3	7,50
Sul	18	20,45
Rio Grande do Sul	8	44,44
Santa Catarina	5	27,78
Paraná	5	27,78
Centro-oeste	5	5,68%
Mato Grosso do Sul	1	20,00
Mato Grosso	1	20,00
Goiás	2	40,00
Distrito Federal	1	20,00
Nordeste	17	19,32
Bahia	2	11,76
Piauí	1	5,88
Paraíba	2	11,76
Pernambuco	3	17,65
Ceará	5	29,41
Sergipe	1	5,88
Alagoas	1	5,88
Maranhão	1	5,88
Rio Grande do Norte	1	5,88
Norte	7	7,95
Pará	1	14,28
Amazonas	2	28,57
Amapá	2	28,57
Roraima	1	14,28
Acre	1	14,28

Fonte: MEC/SESu/Inep.

Em 2000 eu pensava que a maioria dos cursos estava em universidades públicas. Tomei um susto quando vi que 50% dos cursos de ciências sociais estavam nas instituições privadas. Então eu pensei assim: nossa vai ser um horror avaliar esses cursos. Felizmente esta não era a regra. Tinha curso que não tinha condições de funcionar mesmo, mas a maioria, por esforços individuais dos cientistas sociais envolvidos, tinha dignidade. Muitas vezes eram dois ou três docentes brigando contra a instituição... Eles tinham um orgulho de ser de ciências sociais. Tinham um compromisso com o popular, com a sociedade, com o entorno social, político e cultural da instituição. Eu lembro que me marcou muito um curso no interior de Minas Gerais e que possuía uma inserção na sociedade, no coletivo que era impressionante. Até o prefeito da cidade, que era médico, tinha feito também ciências sociais. Eles tinham uma casa com uma equipe interdisciplinar, que atendia a população pobre do município. Outro, no interior da Bahia, uma instituição privada, não tinham nada, nem mesmo espaço, mas eles tinham um compromisso com o seu entorno que era interessantíssimo, uma criatividade... Fizemos convênio com uma ONG estrangeira e trabalhavam com as artesãs locais, ajudando-as também a vender seus produtos. Os alunos pobres, às vezes não tinham nem o que comer, mas estavam ali brigando pela população local, pela compra de livros para a biblioteca, pelos computadores.... Então é assim: eu me assustei com essa situação e fiquei muito feliz com o que vi. O que gostaria de enfatizar é que pode ter curso bom nas universidades privadas e ter curso ruim nas universidades públicas.

TABELA II:

Distribuição dos cursos de Ciências Sociais por estado e região (2005):

Região/Estado	Nº	%
Sudeste	35	40,70
São Paulo	12**	34,28
Rio de Janeiro	9	25,71
Minas Gerais	11	31,43
Espírito Santo	2	5,71
Sul	17	19,77
Rio Grande do Sul	9	52,94

Santa Catarina	4	23,53
Paraná	4	23,53
Centro-oeste	7	8,14
Mato Grosso do Sul	1	14,28
Mato Grosso	3	42,86
Goiás	2	28,57
Distrito Federal	1	14,28
Nordeste	17	19,77
Bahia	1	05,88
Piauí	1	05,88
Paraíba	2	11,76
Pernambuco	3	17,65
Ceará	5	29,41
Sergipe	1	05,55
Alagoas	1	05,88
Maranhão	1	05,88
Rio Grande do Norte	2	11,76
Norte	10	11,63
Pará	2*	20,00
Amazonas	2	20,00
Amapá	2	20,00
Roraima	1	10,00
Rondônia	1	10,00
Acre	2	20,00
TOTAL	86	100,00

Fonte: MEC/SESu/INEP;

*A Universidade Federal do Pará (UFPA) possui cursos de graduação em Ciências Sociais nas seguintes cidades com o mesmo corpo docente: Belém, Rondon do Pará, Marabá, Santarém, Altamira, Bragança, Abaetetuba, Castanhal e Soure.

** A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) possui dois cursos nas cidades de Araraquara e Marília com seus respectivos corpos docentes diferenciados e, por isso, foi computada duas vezes.

Em 2005, o número de cursos de graduação em ciências sociais aumentou um pouco em favor das universidades privadas. Em 2010, parece que se multiplicam, e os cursos de ciências sociais estão em sua

maioria nas instituições privadas, multiplicando-se também as suas denominações. Hoje, por exemplo, tem curso de ciência da religião que não é curso de teologia, que tem antropólogos, sociólogos e outros cientistas sociais. O novo na situação de hoje são os cursos à distância. Para vocês terem uma idéia, há quatro anos conheci o primeiro curso de ciências sociais à distância de uma instituição privada no Sul do país. Era um curso que tinha muito mais conteúdo do que alguns presenciais que conhecia. Aquele preconceito que estava formado em minha cabeça – à distância era ruim e o presencial era bom – começou a ser questionado. A realidade me mostrou que um curso à distância tinha formação, compromisso social com o entorno da instituição, e um compromisso social com os alunos.

TABELA III:

Distribuição dos cursos de Ciências Sociais, Relações Internacionais, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Arqueologia, Ciências da Religião e Outros por estado e região (2010):

	CS		RI	Social		Antrop	Polit	Arqu	CRel		Outros	Total
	P	D	-	P	D	-	-	-	P	D	-	
SP	17	5	29	3	-	-	-	-	1	1	1	57
RJ	10	3	12	1	-	-	2	-	1	-	1	30
MG	11	6	6	2	-	1	-	-	2	-	5	33
ES	1	4	1	1	-	-	1	-	-	-	-	8
Sudeste	39	18	48	7	-	1	3	-	4	1	7	128
RGS	7	2	10	-	-	1	3	2	-	-	3	28
SC	4	2	5	-	-	-	1	-	3	-	2	17
PR	4	4	8	1	1	-	1	-	1	-	-	20
Sul	15	8	23	1	1	1	5	2	4	-	5	65
BA	3	4	3	1	-	-	-	-	-	-	1	12
SE	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1	5
AL	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
PE	2	3	3	-	-	-	1	1	-	-	1	11
PB	2	2	1	-	-	1	-	-	-	-	-	6
CE	5	3	1	-	-	-	1	-	-	-	-	10
RGN	2	2	1	-	-	-	-	-	1	-	-	6
PI	1	3	-	-	-	-	-	2	-	-	-	6
MA	2	4	-	1	-	-	-	-	1	-	-	8

Nordeste	19	24	10	2	-	1	2	4	2	-	3	67
PA	4	4	-	-	1	-	-	-	-	1	1	11
AM	2	1	2	1	1	1	-	1	-	-	-	9
AC	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
RR	2	4	-	-	-	-	-	1	-	1	-	8
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Norte	12	11	2	1	2	1	-	2	-	2	1	34
MT	2	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	6
MS	3	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	7
GO	1	3	1	-	-	1	1	1	-	-	1	8
DF	1	4	8	-	-	-	-	-	-	1	-	16
C-oeste	7	12	10	-	2	1	1	1	-	1	1	37
TOTAL	92	73	93	11	5	4	11	9	10	4	17	331
	P	D		P	D				P	D		
	CS	RI	Sociol	Antrop	Polit	Arqu	CRd	Outros	Total			

Fonte: E-MEC.

Outros: Principalmente Museologia e Humanidades.

P: presencial, **D:** distância.

Atualmente são 73 cursos à distância em ciências sociais. Poderia até mesmo citar quais são as três principais universidades que oferecem essa modalidade à distância. Portanto eles estão concentrados em três ou quatro instituições com unidades presenciais espalhadas do sul ao norte. Deixa-me mostrar o comparativo de 2000, 2005 e 2010 para vocês:

TABELA IV:
 Comparação dos cursos de Ciências Sociais
 por estado e região (2000, 2005 e 2010).

	2000		2005		2010	
	N	%	N	%	N	%
Sudeste	40	45,45	35	40,70	57	34,55
SP	16	18,18	12	13,95	22	13,33
RJ	10	11,36	9	10,47	13	07,88
MG	11	12,50	11	12,79	17	10,30
ES	3	03,41	2	02,33	5	03,03

Sul	18	20,45	17	19,77	23	13,94
RGS	8	09,09	9	10,47	9	05,45
SC	5	05,68	4	04,65	6	03,64
PR	5	05,68	4	04,65	8	04,85
Nordeste	17	19,32	17	19,77	43	26,06
BA	2	02,27	1	01,16	7	04,24
SE	1	01,14	1	01,16	2	01,21
AL	1	01,14	1	01,16	3	01,82
PE	3	03,41	3	03,49	5	03,03
PB	2	02,27	2	02,33	4	02,42
CE	5	05,68	5	05,81	8	04,85
RGN	1	01,14	2	02,33	4	02,42
PI	1	01,14	1	01,16	4	02,42
MA	1	01,14	1	01,16	6	03,64
Norte	8	09,09	10	11,63	23	13,94
AM	2	02,27	2	02,33	3	01,82
PA	1	01,14	2	02,33	8	04,85
AC	1	01,14	2	02,33	3	01,82
RN	-	-	1	01,16	-	-
AP	2	02,27	2	02,33	3	01,82
RR	1	01,14	1	01,16	6	03,64
Centro-oeste	5	05,68	7	08,14	19	11,52
MT	1	01,14	3	03,49	5	03,03
MS	1	01,14	1	01,16	5	03,03
GO	2	02,27	2	02,33	4	02,42
DF	1	01,14	1	01,16	5	03,03
TOTAL	88		86		165 (92 presenc.)	
	2000		2005		2010	

Em 1996 existiam dois cursos de Relações Internacionais. Atualmente existem 92 e nenhum à distância.

Outra questão importante é a da evasão. A média de evasão era de 60% até 1994 quando começa a cair lentamente até cerca de 20% a 30%. Talvez por coincidência este é o ano em que Fernando Henrique entra no governo. A relação candidato/vaga no vestibular começa também a crescer, e hoje oscila muito de ano para ano, chegando mesmo a alcançar 18% em algumas instituições.

Enfim, o meu tempo acabou! Muito obrigado.

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA EM BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS

José Maria Trajano Vieira¹

Primeiramente gostaria de agradecer ao convite da ABA para participar como palestrante/debatedor neste **Fórum Especial sobre Graduação em antropologia no Brasil: experiências e perspectivas**. Neste breve relato apresentarei uma versão, baseada em minha experiência pessoal de ensino de graduação como professor de antropologia, sobre a implantação e funcionamento do Bacharelado em Antropologia no Instituto Natureza e Cultura, da Universidade Federal do Amazonas, Campus Benjamin Constant, instituição na qual estou como professor desde maio de 2008, ou seja, há pouco mais de dois anos. Então eu vou falar um pouco sobre esse processo.

Para quem não sabe, Benjamin Constant fica no Alto Solimões, na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. Esse é um local bastante estratégico para se fazer antropologia. Ali, nesta região do Estado do Amazonas, temos uma grande diversidade étnica, tanto no Vale do Javari quanto no Alto Solimões. Também temos uma diversidade cultural devido a essa situação de fronteira entre esses três Estados nacionais.

A história do Curso de Graduação de Bacharelado em Antropologia do Instituto Natureza e Cultura está diretamente relacionada ao Departamento de Filosofia da UFAM em Manaus, onde em 1978, foi criado o “Projeto de Estudos e Pesquisas Antropológicas”, e o Curso de Extensão em Antropologia Amazônica. O referido curso de extensão

teve como um de seus objetivos o de estruturar um currículo para cursos a serem oferecidos pela Universidade, especialmente de um futuro curso de Graduação em Antropologia. Entre os professores desse curso de extensão figurava Carmem Junqueira, a qual desenvolveu o tema: “Estruturação do Curso de Graduação em Antropologia e a Importância para a realidade regional”. Esse curso de antropologia vem sendo implantado efetivamente em Benjamin Constant a partir do segundo semestre de 2006, quando a primeira turma de 50 alunos, selecionada por meio de vestibular, inicia o curso, portanto, esse curso em Benjamin Constant é o primeiro curso de graduação em Antropologia em funcionamento numa Instituição Federal de Ensino no Brasil. Hoje já estamos na quinta turma. Já tem o pessoal que está para se formar esse ano de 2010, a primeira turma já está elaborando monografia. Então eu vou falar um pouco sobre o corpo docente e sobre o corpo discente.

À medida que o tempo possibilite, farei um breve relato sobre a história da antropologia na Amazônia porque a Amazônia, principalmente a região do Alto Solimões, sempre foi vista como um campo de pesquisa no qual os antropólogos não pensavam tanto em se fixar. Tanto é que para a área de antropologia em Benjamin Constant a instituição tem promovido concursos para provimento efetivo, sendo pequena a disputa por esses cargos. Quando prestei o concurso em 2008 dos três candidatos aprovados apenas eu assumi, até porque eu já lecionava no curso como professor substituto, os outros dois desistiram de ocupar a vaga. Enfim, a UFAM tem enfrentado esse problema da pouca atração de docentes capacitados que queira fixar residência em Benjamin Constant, um município bastante extenso, mas com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, quase a metade dessa população vivendo em comunidades ribeirinhas e indígenas. Essa cidade oferece pouca infra-estrutura urbana, especialmente para quem chega de certas regiões do centro-sul do Brasil, mais urbanizadas, é flagrante o contraste e a adaptação nem sempre é fácil, sem falar nas diferenças culturais entre a população local e os que chegam dessas regiões. Em 2009, foi realizado mais um concurso para professor com o objetivo de preencher as vagas remanescentes e as novas vagas que foram abertas. Nesse concurso foram aprovados e tomou posse, cinco professores para a área de antropologia e um para a de

sociologia. Já neste ano de 2010, foi aprovada em concurso mais uma professora, com mestrado em antropologia, para o curso.

Um dos problemas iniciais do curso foi justamente o de não ter um número suficiente de docentes para poder ministrar as disciplinas da grade curricular do curso e estar formando essas primeiras turmas. Para suprir parte dessa demanda alguns professores do departamento de antropologia e do de filosofia da UFAM de Manaus ministraram cursos intensivos de férias, em Benjamin. Tais como os professores Paulo Monte, Raimundo Nonato, Basini Rodrigues e Raquel Wiggers. Desde o início são 50 alunos que entram no curso anualmente, assim se não houvesse evasão teríamos agora 250 alunos, mas nesse caminho aconteceu que mais da metade das primeiras duas turmas foi desistindo e a evasão ainda continua nas turmas mais recentes. O prazo mínimo para a conclusão do curso é de nove semestres, equivalente a quatro anos e meio e o máximo é de 14 semestres, equivalente a sete anos. O horário de funcionamento do curso é diurno.

Como dissemos, a Amazônia tem colaborado na construção do conhecimento antropológico, sobretudo como *locus* de estudos desenvolvidos por pessoas e instituições (brasileiras e estrangeiras). Até hoje há muitos antropólogos que vêm do exterior, da Europa, dos Estados Unidos, ou mesmo do centro-sul e do nordeste do Brasil e vão pesquisar nessa região por um tempo e logo retornam para seus locais de origem. Agora com a presença da Universidade Federal do Amazonas na área o desafio é também formar a nível superior o pessoal da própria região, preparando-os para participação nos debates que lhes afetam, para fazerem suas próprias pesquisas e para formularem novas questões a serem abordadas pelas pesquisas antropológicas. Não esquecendo, é claro, da articulação da região do Alto Solimões com o resto do Brasil e do mundo. Só que devido até a certa dificuldade na formação desses alunos, e aí eu cito o Luiz de Castro Faria quando ele escreve em “A Antropologia no Brasil...” sobre a necessidade do distanciamento, para ele: “*a observação é que era participante, questão de método; agora a pesquisa é que é participante, questão de ideologia assumida e militância política.*” (FARIA, 1993:102).

Sobre essa questão da militância, como os alunos são da própria região, alguns têm simpatia por algum grupo local, já vêm dos mo-

vimentos sociais ou da experiência pessoal ou familiar cotidiana em algum segmento, e acabam colocando essa militância, essa ideologia, certa sociologização e politização da antropologia, acima do próprio conhecimento antropológico. Então, a meu ver, é “querer colocar o carro na frente dos bois” e querer fazer militância sem ter fundamentação antropológica sólida que dê sustentação as suas reivindicações e, muitas das vezes, boas intenções. Isso que estou falando aparece nos próprios projetos de monografia, participamos de uma rodada de apresentação dos projetos da primeira turma do curso, onde pudemos notar que grande parte dos trabalhos deles são bastante voltados para a formulação de políticas públicas.

Se por um lado a região carece dessas políticas, por outro acredito que da maneira imediatista como alguns alunos de antropologia pensam em resolver os problemas sociais históricos da região, a própria antropologia acaba perdendo com isso, pois alguns projetos de antropologia caberiam melhor num curso de serviço social ou de outra área que não a antropologia. Por exemplo, alguns alunos falam “precisamos ajudar os índios do Vale do Javari que estão morrendo de malária e hepatite”. É evidente que como cidadãos e membros da academia temos o direito de nos indignar com essa situação vivida pelos índios e por outros segmentos da sociedade também, mas, para mim, esse interesse não pode desviar o aluno da necessidade de ter uma formação sólida em antropologia, antes de tudo. É preciso despertar o interesse dos nossos alunos para a importância da teoria antropológica, ainda que os textos mais teóricos pareçam, para alguns, pouco atraentes e desmotivadores. Eu mesmo, por exemplo, durante minha vida profissional, antes de me tornar docente já dei pareceres e elaborei laudos e conheço as exigências das agências que bancam essas consultorias e da base antropológica que você tem que ter para realizar esse tipo de trabalho.

Para que a formação geral seja consistente, será fundamental que o aluno seja instruído no sentido de assumir uma posição crítica; tenha condições de alcançar uma apropriação adequada de instrumental teórico ordenador da sua reflexão e condutor das suas práticas antropológicas. Entretanto, é preciso estar sempre alerta para o que certa vez disse o mesmo Castro Faria: *“professores de antropologia com grau*

de Mestre... tentam reproduzir no ensino de graduação as mesmas práticas a que estiveram submetidos nos seus cursos de pós-graduação. Impõem-se as mesmas exigências de leitura, com farta indicação de monografias e de artigos dispersos e de difícil alcance longe de uma biblioteca especializada, e assim por diante. Nada de aulas expositivas – só seminários, discussões de textos” (idem).

No início o curso esteve bastante vocacionado para a etnologia indígena, até porque os primeiros professores concursados... está aqui o professor Juan Carlos, o professor Benedito Maciel e o professor Rodrigo Reis (atual coordenador do colegiado do curso de antropologia de Benjamin Constant), que não estão presentes, tinham uma tendência, inclusive eu que fui o quarto professor a assumir também como docente do curso, vieram da área da etnologia indígena, ou direcionavam seus projetos preferencialmente para essa área. Tanto é assim que dois dos três primeiros docentes que tomaram posse foram para a cadeira de antropologia Indígena e um para a de sociologia. Então, uma das críticas dos alunos era quanto a essa tendência do curso de antropologia de ficar muito limitado à etnologia indígena, muitos dos nossos alunos reclamam disso. E aí acontece que também nessa região há uma forte aversão e preconceito contra os índios, porque houve muitos conflitos entre madeireiros e indígenas e muitas pessoas interessadas na exploração de recursos dessa região, e muitos dos nossos alunos são dessas famílias tradicionais da região que tem ou tiveram conflitos com os índios. Então, eles já trabalham criando essa aversão por essa questão da antropologia estar voltada para a etnologia indígena e para a questão do índio.

O curso de graduação está estruturado para formar antropólogos e não especialistas em etnologia indígena. Se os três primeiros professores concursados tinham parte da sua formação na própria UFAM, atualmente o corpo docente que leciona no curso é constituído por professores originários de diferentes instituições de ensino brasileiras. Então, o professor Michel Justamand que está aqui tem doutorado na PUC de São Paulo. Veio outra lá do Rio Grande do Sul. Então, eu fiz uma lista dos professores do curso, que poderemos visualizar ao final desta fala. Ao total hoje temos 11 professores da área lecionando no curso de antropologia, sendo que dois deles são de sociologia, os ou-

tros nove são da área de antropologia. A maioria deles com mestrado e doutorado, senão na área de antropologia, na área de ciências sociais e um com uma formação mais sólida na área de história também. Então, o corpo docente nesse sentido já se encontra bastante capacitado para poder desempenhar um bom trabalho. Ainda falta lá muita estrutura, por exemplo, quanto à biblioteca, tem os programas das disciplinas, para a elaboração do projeto pedagógico do curso, o Melatti participou como consultor. Então, tem uma bibliografia muito bonita e imensa em cada programa só que de difícil acesso para nós, não tinha esses livros e textos na biblioteca do Instituto. A constituição de uma pequena bibliografia para uso dos alunos era muito difícil, e impunha sérias limitações, dada a carência de obras especializadas para cada disciplina na biblioteca local e as dificuldades operacionais por parte das reprografias e financeiras da parte dos alunos, entre outras. Então não basta apresentar um rol de disciplinas, mesmo que venham elas acompanhadas de ementas. É indispensável que os programas sejam acompanhados da bibliografia que será usada.

Quanto ao aspecto físico, o Instituto mais parecia uma escola pública de baixa qualidade, sem condições de os professores e alunos trabalharem: sem laboratório de computação com internet banda larga, sala adequada para atendimento de alunos, preparação de aulas e avaliação de trabalhos, moradia estudantil, restaurante universitário, nada disso que você vê nas grandes universidades públicas. Assim, se conseguimos compensar com a formação de um corpo docente qualificado, faltava uma estrutura física, mas as coisas estão melhorando aos poucos né.

O Instituto, por meio do colegiado de Antropologia, está se constituindo num centro de referência para os indígenas que recorrem em busca de apoio para assessorar seus trabalhos relativos à saúde, educação, delimitação de terras, mas também para palestrar e apresentar seus rituais e para outros grupos também, e de referência para antropólogos, brasileiros e estrangeiros que por lá passam a caminho das sociedades indígenas ou não-indígenas que pretendem estudar. Tais como os antropólogos Jean-Pierre Chaumeil, Bárbara Arisi e Javier Ruedas. Também por causa da diversidade étnica da região, de início destacamos um interesse generalizado pela problemática do índio.

Esse quadro vem mudando. Hoje temos uma diversidade temática que envolve questões de gênero, saúde, antropologia da arte, direito, religiosidade etc. Com a abertura de novas vagas para concurso e a vinda de novos professores criaram-se amplas possibilidades, e novas opções tornaram-se possíveis, em termos de orientações aos alunos, programas e bibliografias. As condições estruturais do Instituto não foram, entretanto, substancialmente melhoradas, o que reflete diretamente na formação dos futuros antropólogos. Agora estamos ansiosos pela inauguração de um novo prédio, pois a obra já está atrasada a mais de anos. Como já temos o número considerável de professores, alguns desses professores, inclusive eu e outro colega, o Adailton da Silva já puderam se afastar temporariamente para concluir o doutorado, para poderem ter uma qualificação melhor.

Agora, um desafio que os alunos pensam, e eles colocam para a ABA também, é essa questão da profissionalização, estão preocupados com o futuro deles, quer dizer, vemos que na ABA há um reconhecimento dos profissionais que têm mestrado, doutorado, eles pensam: “e nós que somos do bacharelado em antropologia, graduação, qual vai ser a aceitação por parte dos nossos pares? como vai ser essa concorrência, será que vamos ter condições de competir com os outros profissionais que tem grau de formação maior? vai haver campo de trabalho e pesquisa para tantos antropólogos que estão sendo formados?”. A profissão de Antropologia encontra-se amparada nos Estatutos da ABA para profissionais pós-graduados em nível de mestrado ou Doutorado em Antropologia. Fará parte da estratégia política do Curso, fazer gestão junto à ABA para que os Bacharéis em Antropologia formados pela UFAM sejam reconhecidos como antropólogos pela entidade. Assim também como pode ser articulado, junto aos órgãos competentes a regulamentação da profissão de Antropólogo.

Mas há também por parte da nossa clientela lá uma diferença em relação, por exemplo, a SP, eu estudei no interior do estado de São Paulo, na UNESP, fiz graduação em ciências sociais, via-se que os alunos, bem eles tinham condições sócio-econômicas e apoio da Universidade melhores lá em São Paulo, quase todos eles eram solteiros, aqui não, no Alto Solimões... Além de vocês saberem dessa omissão por parte do Estado, o Estado é pouco presente na região, temos que

muitos jovens se casam cedo, então grande parte dos nossos alunos, como eles mesmos falam, são mães, pais de família, a maioria deles trabalha. Então a antropologia não aparece como uma prioridade na vida deles, mas a questão da família, da sobrevivência e outras mais... É muito difícil você fazer que o aluno acompanhe o curso sem, em algumas aulas, sair para cuidar do filho (a), ter de trabalhar durante a aula, o curso é diurno né. O aluno às vezes está na aula e tem de sair para fazer um “bico” ou ir a algum lugar que ele tem de estar presente. Então, tem essa questão do aluno que trabalha, do aluno que é mãe e pai de família ainda jovem, esses são alguns dos muitos obstáculos que enfrentamos. Mas temos a perspectiva de que as coisas podem melhorar.

O Projeto Pedagógico do curso prevê a habilitação e instrumentalização do aluno de Antropologia para o exercício do trabalho profissional, oferecendo-lhe uma formação acadêmica que lhe possibilite estimular o diálogo de saberes com as culturas tradicionais indígenas e não indígenas fortalecendo o desenvolvimento de saberes científicos e não-científicos para a sustentabilidade cultural e ambiental da região. A criação do Curso de Graduação em Antropologia em nível de bacharelado deve compreender e interagir com o espaço geográfico considerando os países vizinhos: Colômbia e Peru. Agora lá temos mais relações com a Colômbia, de vez em quando, professores e alunos vão para Bogotá, e principalmente para Letícia que fica logo depois da fronteira onde tem um campus da Universidade Nacional da Colômbia, onde já tem um programa de mestrado em Estudos Amazônicos. Então, tem essa relação maior com a Colômbia, em menor grau com o Peru, do que mesmo com o resto do Brasil porque é muito mais fácil ir até Bogotá do que até Manaus porque o custo é mais alto do que para Bogotá, sem falar nos centros aqui do Brasil no Sul e no Sudeste, nem se fale. Há esse diálogo, essa abertura maior com os países vizinhos do que com esses centros de excelência do nosso país.

Ao refletir sobre a questão da identidade da antropologia percebemos que a mesma torna-se flexível e o seu espaço se abre à contribuição de outros saberes de acordo com o contexto local onde o curso está inserido. Desse modo da mesma forma que falamos em identidades múltiplas podemos falar, para o caso da antropologia no Brasil, de uma antropologia plural. Valeu!

ANEXO

1. CORPO DOCENTE E TÉCNICO

1.1 – Corpo Docente:

- Número de Professores Previstos: 15 (quinze).
- Quadro atual de Professores do Curso de Bacharelado em Antropologia

Nº. Nome - Titulação - Área de Concurso

1. Benedito do Espírito Santo Pena Maciel – Graduado em História - UFAM (2000); Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM (2003) - Área de Conhecimento: Antropologia Indígena;

2. Juan Carlos Pena Márquez - Doutor em Ciências Sociais – Unicamp (2008); Mestre em Educação - UFAM (2003); Graduado em Sociologia - Universidad Nacional de Colombia (1997) - Área de Conhecimento: Antropologia Indígena;

3. Rodrigo de Oliveira Braga Reis - Graduado em Ciências Sociais – UFAM (2004); Especialização em Movimentos Sociais, Organizações - UFMG (2006). - Área de Conhecimento: Sociologia Geral/ Sociologia da Educação;

4. José Maria Trajano Vieira – Graduado em Ciências Sociais – UNESP (1998); Mestre em Antropologia Social – UFPR (2005); doutorando em Antropologia Social – Unicamp (2006) – Área de Conhecimento: Antropologia Social;

5. Gilse Elisa Rodrigues – Graduada em Ciências Sociais (bacharelado) - PUC/RS (1992); Graduada em Ciências Sociais (licenciatura) – UFRGS (1998); Mestre em Antropologia Social - UFRGS (2002). Área de Conhecimento: Antropologia/Teoria Antropológica;

6. Adailton da Silva - Graduação em Ciências Sociais – UFRJ (2003); mestre em Antropologia Social – UnB (2006); Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos - UFBA (2008). Área de Conhecimento: Antropologia/Teoria Antropológica;

7. Michel Justamand – Graduado em História - PUC/SP (1999); Graduado em Pedagogia - Universidade Nove de Julho (2003); mestre em Comunicação e Semiótica – PUC/SP (2002); doutorado em Antropologia - PUC/SP (2007). Área de Conhecimento: Antropologia/Etnologia Indígena;

8. Rafael Pessôa São Paio - Graduado em Escultura – UFRJ (1999); Mestre em Ciências da Arte - UFF (2003); Doutorado interrompido em 2007 em Antropologia Social – UFRJ - Área de Conhecimento: Antropologia/Etnologia Indígena;

9. Cristian Farias Martins - Doutor em ciências sociais - CEPPAC (2010); Mestre em Ciências Sociais – CEPPAC (2006); Graduado em Ciências Sociais – UnB (2003); Área de Conhecimento: Antropologia/Antropologia Urbana;

10. Tharcísio Santiago Cruz - Graduação em Ciências Sociais. UFAM (2002); Especialização em Ética – UFAM (2002); Mestrado em andamento em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – UFAM (2006). Área de Conhecimento: Sociologia/Fundamentos de Sociologia;

11. Flávia Melo da Cunha – Graduada em Ciências Sociais – UFAM (2002); Mestre em Antropologia Social – Unicamp (2008) Área de conhecimento: Antropologia/Teoria Antropológica.

Além desses temos professores de outros cursos, que ministram aulas no Curso de Antropologia, nas seguintes disciplinas: Português Instrumental, Língua Espanhola, Introdução à Lingüística, Informática Básica, Introdução à Filosofia, Matemática e Estatística, Metodologia do Ensino e da Pesquisa, Psicologia Geral e Administração - Gestão Organizacional.

1.2 – Corpo Técnico-Administrativo:

1. Fabiula Lima - Técnico de Laboratório de Antropologia.

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA EM RIO TINTO, PARAÍBA

Silvana de Souza Nascimento¹

Eu vou apresentar, brevemente, a organização e a composição do bacharelado em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), curso localizado no campus IV, na região do Litoral Norte do estado, na cidade de Rio Tinto, há 60 quilômetros da capital João Pessoa. Esse campus encontra-se na fronteira com uma das áreas indígenas Potiguara, que estão localizadas dentro da cidade de Rio Tinto, e também de uma vasta área de proteção ambiental chamada Vale do Mamanguape. Além disso, a sede da universidade fica dentro das instalações de uma antiga fábrica de tecidos, a Companhia de Tecidos Paulista, de propriedade da tradicional família Lundgren, que também era proprietária da vila operária de Paulista, em Pernambuco.

Diferentemente de outros cursos de ciências sociais, a graduação em Antropologia da UFPB não foi uma iniciativa dos antropólogos dessa instituição², mas surgiu a partir de uma demanda de pro-

1 Silvana de Souza Nascimento é Profa. Adjunta do departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) da Universidade Federal da Paraíba (campus IV), localizado na cidade de Rio Tinto. Foi coordenadora do curso de graduação em antropologia deste campus de maio de 2008 a maio 2010. É líder do Guetu (Grupo de Pesquisa Etnografias Urbanas), da UFPB, e pesquisadora associada do NAU (Núcleo de Antropologia Urbana da USP).

2 O campus I, em João Pessoa, tem um curso de Ciências Sociais que tem dezesseis anos, criado em 1994, e conta com a participação de sete antropólogas, além de diversos sociólogos e cientistas políticos.

fessores, estudantes e técnicos de diferentes áreas, principalmente de direitos humanos, sociologia, geografia, serviço social e comunicação, que atuavam especialmente com os potiguaras, e também a partir de uma reivindicação de lideranças indígenas com o objetivo de fortalecer e ampliar as alianças políticas com a universidade³.

Assim, em 2007, foi criado o curso de Antropologia e Culturas Indígenas, com duas habilitações: antropologia social e antropologia visual. A proposta inicial era formar antropólogos para atender as demandas relativas à identificação e demarcação das terras potiguaras. A idéia era produzir materiais audiovisuais que pudessem documentar e valorizar as “culturas indígenas” e também formar profissionais para atuarem na construção de perícias e mediações culturais.

Posteriormente, foi realizada a contratação do corpo docente, hoje composto por sete professores da área de antropologia, cinco de sociologia, um de comunicação, dois de filosofia e um de economia. Em 2009, esse corpo docente iniciou a reformulação do projeto pedagógico inicial adequando o seu conteúdo à perspectiva propriamente etnográfica e antropológica pois o projeto, apesar de inovador, apresentava uma preocupação mais voltada para ação social e propunha-se a uma antropologia, digamos, mais aplicada.

Desse modo, o projeto e o fluxograma foram reformulados e atualmente foram aprovados nos conselhos superiores da UFPB. Aliás, houve uma alteração no título do curso que teve a supressão de “culturas indígenas” e passa agora a ser chamado de curso de graduação em “antropologia”. Por parte dos alunos, o antigo título causava uma dúvida quanto ao conteúdo do curso pois parecia estar voltado somente para as culturas indígenas ou ainda para “a antropologia cultural indígena”.

O atual projeto pedagógico do curso pretende oferecer uma formação intelectual e ética que prepare futuros antropólogos para, de um lado, ingressarem em programas de pós-graduação e sigam uma carreira acadêmica, de outro, atuarem como assessores e consultores

3 Grande parte desses professores, técnicos e estudantes estava reunida no Serviço de Assessoria e Estudos a Movimentos Populares (SEAMPO) e no NUDOC (Núcleo de Documentação), ambos da UFPB, que tem produzido diversos documentários a respeito de populações indígenas no Nordeste.

junto a instituições públicas com populações indígenas, remanescentes de quilombos e camponeses que, nas últimas décadas, têm reivindicado demandas como valorização e documentação de suas histórias e culturas, identificação e demarcação de suas terras e o fortalecimento de sua identidade étnica. Pretende também realizar uma formação em antropologia de maneira ampliada, tanto nas suas grandes áreas clássicas como Etnologia Indígena, Antropologia Urbana, Antropologia Rural, quanto em temas mais contemporâneos como Antropologia Visual, Patrimônio Cultural, Estudos de Gênero e Geração, Laudos Antropológicos, etc., adequando o perfil do egresso às novas configurações do campo de atuação da antropologia especialmente no Brasil. Nesse sentido, o bacharelado em Antropologia apresenta três áreas específicas de ensino e pesquisa: etnologia indígena e relações interétnicas, antropologia urbana e marcadores da diferença e antropologia visual, da arte e da imagem.

A composição curricular do curso está organizada da seguinte forma: nos dois primeiros anos são ofertadas disciplinas básicas da área das ciências sociais e humanas, de metodologia de pesquisa e elaboração de etnografias, além de disciplinas introdutórias da área de antropologia visual. A partir do quinto período, o curso tem uma formação quase que exclusivamente em antropologia. Em relação à pesquisa etnográfica – uma das ênfases do curso –, há três estágios de pesquisa (chamados de “estágios supervisionados”) que são coordenados por professores tutores, onde os alunos devem se preparar para a elaboração do trabalho de conclusão de curso. Nesse momento, o estudante deve optar também pela habilitação em antropologia social ou visual. As habilitações em antropologia social e visual apresentam-se mais como um direcionamento para aprofundar conhecimentos e áreas de interesse dos alunos do que propriamente uma especialidade dentro do curso. Os alunos devem optar por quatro disciplinas distintas: Técnicas e Estéticas do Audiovisual I e II e Antropologia Visual I e II (para antropologia visual) e Estudos Rurais; Gênero, Corpo e Geração, Antropologia Política e Organização Social e Parentesco (para antropologia social). Na habilitação em antropologia visual, além de um texto antropológico escrito, há também uma produção audiovisual, na área de fotografia, filme, vídeo, sítios, etc. Em relação às

optativas, que devem totalizar cinco disciplinas conforme Regimento da UFPB, propusemos o diálogo da antropologia com outras áreas do conhecimento como letras e literatura, filosofia, arte, comunicação e meio ambiente. Para incentivar a leitura em língua estrangeira, também foi oferecido o inglês instrumental como disciplina eletiva.

Hoje, um dos desafios do corpo docente está em garantir uma formação qualificada no nível de graduação para um perfil de alunos, grande parte (705), proveniente de escolas públicas que apresentam dificuldades, especialmente nos primeiros anos, na compreensão de textos acadêmicos e estão pouco acostumados ao hábito da leitura e da escrita. Justamente devido a esta dificuldade, a disciplina Leitura e Produção Textual foi incluída no projeto original. Os estudantes, que hoje totalizam 160 pessoas, estão na faixa etária entre 18 e 25 anos, 70% possuem renda familiar até três salários mínimos e 60 % trabalham. Metade dos alunos mora na capital, em João Pessoa, a outra metade habita pequenos municípios da região do Litoral Norte, que compõe o chamado Vale do Mamanguape. Há 14 alunos que se identificam como índios, que inclusive habitam nas aldeias potiguara da região. Apesar de muitos demonstrarem curiosidades em relação ao curso, poucos são aqueles que conhecem, ao ingressar no primeiro ano da graduação, o que faz o antropólogo e o que define a antropologia. Assim, nos primeiros semestres, é preciso, de forma criativa, fazer um “convite à antropologia” que perpassa a leitura, a pesquisa bibliográfica para além da facilidade da cópia na internet, a pesquisa de campo e a escrita etnográfica.

Se, de um lado, é preciso realizar um esforço de “convencimento” da importância científica e política da antropologia para os estudantes pouco acostumados com os problemas antropológicos, de outro, os desafios também se estendem a buscar legitimidade dentro da comunidade acadêmica, a ganhar o reconhecimento junto ao Ministério da Educação e também o apoio da Associação Brasileira de Antropologia.

Apesar de não haver um consenso na comunidade acadêmica brasileira sobre a institucionalização dos cursos de antropologia no nível de graduação, o curso aqui rapidamente apresentado acompanha um debate contemporâneo a respeito da importância de aprofundar

teorias e pesquisas antropológicas que, nos cursos de ciências sociais, precisam negociar espaços políticos com a sociologia, a ciência política e outras áreas das ciências humanas, e, ao mesmo tempo, oferecer a formação de profissionais em antropologia que atuem em processos políticos, sociais e culturais por meio de atividades de assessoria e consultoria. Contudo, o projeto atual do bacharelado em Antropologia da UFPB se propõe a investir na centralidade da pesquisa e da produção de etnografias para a construção do conhecimento antropológico e, somente a partir daí, mediar e promover o diálogo com outros campos, sujeitos e instituições.

Composição curricular do Bacharelado em Antropologia da UFPB

1. Conteúdos Básicos Profissionais			
1.1 Conteúdos Básicos do Núcleo Comum			
Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
1. Fundamentos do Pensamento Antropológico	04	60	–
2. Fundamentos do Pensamento Sociológico	04	60	–
3. Fundamentos do Pensamento Político	04	60	–
4. Teoria Antropológica Clássica	04	60	Fundamentos do Pensamento Antropológico
5. Teoria Sociológica Clássica	04	60	Fundamentos do Pensamento Sociológico
6. Teoria do Estado	04	60	Fundamentos do Pensamento Político
7. Introdução à Etnodocumentação	04	60	–

8. Teoria Antropológica I	04	60	Teoria Antropológica Clássica
9. Teoria Sociológica Contemporânea	04	60	Teoria Sociológica Clássica
10. Introdução à Antropologia Visual	04	60	–
11. Teoria Antropológica II	04	60	Teoria Antropológica I
12. Antropologia Brasileira	04	60	–
13. Métodos de Mensuração e Análise de Dados	04	60	–
14. Memória, narrativa e oralidade	04	60	–
15. Estudos Etnográficos	04	60	–
16. Antropologia Urbana	04	60	–
17. Identidade e Relações Interétnicas	04	60	–
18. Estudos Afrobrasileiros	04	60	–
19. Patrimônio Material e Imaterial	04	60	Memória, Narrativa e Oralidade
20. Etnologia Indígena	04	60	Identidade e Relações Interétnicas
21. Laudos Antropológicos	04	60	Identidade e relações interétnicas
Total	84	1260	

1.2 Estágio Curricular

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
1. Estágio Supervisionado I	06	90	–
2. Estágio Supervisionado II	06	90	Estágio Supervisionado I
3. Estágio Supervisionado III	06	90	Estágio Supervisionado II
Total	18	270	

2.0 Conteúdos complementares

2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios do Núcleo Comum

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
1. Metodologia do Trabalho Científico	04	60	–
2. Filosofia das Ciências	04	60	–
3. Seminários de Pesquisa em Antropologia	04	60	–
4. Formação Econômica e Política do Brasil	04	60	–
5. Leitura e Produção Textual	04	60	–
6. Trabalho de Conclusão de Curso	09	135	–
Total	29	435	

2.1.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios - Habilitação em Antropologia Social (a partir do 5º período)

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
1. Estudos Rurais	04	60	–
2. Gênero, Corpo e Geração	04	60	–
3. Antropologia Política	04	60	–
4. Organização Social e Parentesco	04	60	Etnologia Indígena
Total	16	240	

2.1.2 Conteúdos Complementares Obrigatórios - Habilitação em Antropologia Visual (a partir do 5º período)

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
1. Técnicas e Estéticas do Audiovisual I	04	60	–
2. Técnicas e Estéticas do Audiovisual II	04	60	Técnicas e Estéticas do Audiovisual I
3. Antropologia Visual I	04	60	–
4. Antropologia Visual II	04	60	Antropologia Visual I
Total	16	240	

2.2 Conteúdos Complementares Optativos (Mínimo de 20 créditos)

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Processos Rituais	04	60	–
Antropologia Econômica e da Tecnologia	04	60	–
Antropologia da Arte	04	60	–
Antropologia e Direitos Humanos	04	60	–
Lazer e Sociabilidade Urbana	04	60	–
Antropologia e História	04	60	–
Antropologia Filosófica	04	60	–
Antropologia e Comunicação	04	60	–
Iniciação à Fotografia	04	60	–
Antropologia e Literatura	04	60	–
Território e Meio Ambiente	04	60	–
Inglês instrumental	04	60	–
Sociologia Brasileira	04	60	–
Movimentos Sociais e Teorias do Reconhecimento	04	60	–
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	04	60	–
Total	20	300	

2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis (mínimo de 8 créditos)

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Tópicos Especiais em Antropologia I	04	60	–
Tópicos Especiais em Antropologia II	04	60	–
Total	08	120	

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS: UM CURSO NA FRONTEIRA

*Rogério Reus Gonçalves da Rosa
Flávia Maria Silva Rieth*

Nos parágrafos a seguir, nós apresentaremos o curso de Bacharelado em Antropologia, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A criação do Bacharelado em Antropologia — com duas Linhas de Formação, Antropologia Social e Cultural; e, Arqueologia — tornou-se possível devido o empenho de professores e alunos, o incentivo da Universidade Federal de Pelotas e a realização do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) pelo Ministério da Educação (MEC).

Além da UFPEL, cursos de graduação em antropologia são oferecidos na Universidade Federal do Amazonas, na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Universidade Federal de Santa Catarina e, em formação, na Universidade Federal Fluminense. Cabe ressaltar que, a Associação Brasileira de Antropologia vem apoiando essa idéia, haja visto os debates delineados em congressos de caráter internacional — II Reunião Equatorial de Antropologia (Natal, 19 a 22 de agosto de 2009), VIII Reunion de Antropología del Mercosur (Buenos Aires, 29 de setembro a 02 de outubro de 2009) — e nacional — 27ª Reunião Brasileira de Antropologia (Belém, 01 a 04 de agosto de 2010).

Quanto à concepção do Bacharelado em Antropologia na UFPEL, a articulação entre antropologia e arqueologia está ancora-

da nas tradições norte-americana, europeia e latino-americana. Isto é, na maioria dos países de língua espanhola (México, Peru, Bolívia, Argentina, Uruguai) cursos de antropologia que atuam antropólogos e arqueólogos é a tradição acadêmica. Já no Brasil, tanto na UFPEL como na UFMG, o curso de antropologia está estruturado a partir dessas duas áreas de formação.

Tratando-se do histórico institucional da UFPEL, o processo de constituição do Bacharelado em Antropologia se reporta ao final dos anos 1970 e início dos 1980, período em que as disciplinas dessa área se orientavam pelos ramos filosófico, cultural e da antropologia física. Naquela época, os precursores do ensino da disciplina tinham formação em filosofia e letras anglo-germânicas, em ciências jurídicas e sociais ou em psicologia.

Na década seguinte, um marco importante desse processo foi a separação do Departamento de Filosofia e História, em 1992, evento esse que constituiu o Departamento de Filosofia e o Departamento de História e Antropologia (DHA). Além da conformação institucional das áreas de filosofia e história como campos científicos independentes, os argumentos para vincular a antropologia à história basearam-se na premissa que a primeira ciência seria indispensável para a capacitação do aluno da segunda, tanto no debate epistemológico como no campo de trabalho.

Isto é, a partir daquele momento, a área de antropologia se constituiu junto à área de história, tendo em vista a fundação do DHA, bem como em razão dos colegas historiadores proporcionarem uma formação “entre áreas” aos discentes. Trata-se do caso da professora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, que ingressou na universidade em 1989, e, em particular, do professor Fabio Vergara Cerqueira, a partir de 1991.

Em 1993, foi realizado o primeiro concurso para professor assistente com o objetivo de contemplar um profissional com formação em antropologia. Nessa oportunidade ingressou a professora Flavia Maria Silva Rieth, que assumiu as disciplinas de antropologia nos cursos de Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em História, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Filosofia e Enfermagem. Em 1996, foi criado o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, des-

se modo ampliando a demanda de disciplinas de antropologia. Depois disso, em 2000, foi instalado o curso de Bacharelado em Turismo, esse com duas disciplinas dessa área na grade curricular.

Em agosto de 2001, foi instituído o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ), centro esse que possibilitou as duas áreas trabalharem em interação. Diga-se de passagem, o LEPAARQ se constituiu enquanto um espaço de formação e pesquisa especialmente voltado para alunos vinculados à arqueologia, projeto esse que se desdobrou na constituição de um acervo arqueológico, na produção de trabalhos na área de arqueologia de contrato, no envio de pesquisadores para a realização de pós-graduação em universidades brasileiras de ponta. Por outro lado, a crescente demanda de disciplinas de antropologia em outros cursos orientou a estratégia institucional de ampliação dessa área na UFPEL.

Vinculada ao LEPAARQ, desenrolou-se também a experiência do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), projeto esse que facultou uma série de estudos acadêmicos sobre “a produção dos doces tradicionais de Pelotas”, particularmente, aos alunos ligados à antropologia. Nessa trajetória, a centralidade da discussão de patrimônio material e imaterial delineou o cruzamento entre antropologia, arqueologia e história, tanto nas discussões teóricas e metodológicas como na gestão do patrimônio coletivo. Por outras palavras, o contexto de Pelotas, recebendo verbas públicas para a preservação do patrimônio arquitetônico e o pedido de registro dos doces de Pelotas como um patrimônio imaterial brasileiro, potencializou a articulação desses campos de saber.

Por sua vez, em 2002, ingressou o antropólogo Edgar Barbosa Neto no Departamento de Administração e Turismo da UFPEL. Esse professor passou a colaborar com o DHA, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão. Em 2003, foi criado o curso de Pós-Graduação (Especialização) em Memória, Identidade Social e Patrimônio.

Em 2004, os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, vinculados ao Instituto de Sociologia e Política (ISP), foram reformulados, aumentando de duas para seis disciplinas de antropologia — fato esse que não redundou na entrada de novos

professores dessa área na UFPEL. Por sua vez, a Faculdade de Direito criou a disciplina de Antropologia Jurídica, contando com a colaboração do DHA.

Para suprir parte do aumento da carga horária dos professores que atuavam na antropologia, chegou, em 2005, o professor Rogério Reus Gonçalves da Rosa. Esse docente prestou o segundo concurso direcionado à antropologia, o mesmo direcionado para os temas de teoria antropológica e relações interétnicas.

Ainda nesse ano, constituiu-se o Mestrado em Ciências Sociais, junto ao ISP. De início, a Linha Patrimônio e Cultura foi configurada pelos professores Fábio Vergara Cerqueira, Flavia Maria Silva Rieth e Rogério Reus Gonçalves da Rosa, através de um elenco de cinco disciplinas optativas que reunia as áreas de arqueologia, antropologia urbana, etnologia ameríndia e afro-americana.

Já em 2006, ingressou a professora Claudia Turra Magni. Desse modo, expandiram-se as disciplinas de antropologia na UFPEL, perfazendo oito cursos de graduação — História, Ciências Sociais, Filosofia, Nutrição, Enfermagem, Turismo, Direito e Museologia — somando-se ainda as disciplinas ministradas na especialização Memória, Identidade Social e Patrimônio e no Mestrado em Ciências Sociais. (Tratando-se ainda desse mestrado, em 2008, ingressaram as professoras Claudia Turra Magni e Renata Menasche, assim potencializando a área de antropologia através da atuação conjunta dos seus professores no ensino, na pesquisa e na extensão.)

Esse primeiro coletivo docente — representado pelos professores Fábio Vergara Cerqueira, Flavia Maria Silva Rieth, Rogério Reus Gonçalves da Rosa e Claudia Turra Magni, havendo ainda a prestigiosa colaboração do professor Edgar Barbosa Neto — propôs o Bacharelado em Antropologia à Reitoria e à Pró-Reitoria de Graduação. Na primeira versão do Projeto Político Pedagógico (PPP), o termo habilitação (em Antropologia Social e Cultural e em Arqueologia) figurava, sendo o mesmo renomeado para linha de formação, em 2010, através do processo de cadastramento do curso junto ao MEC.

Com a criação do curso de Bacharelado em Antropologia, no primeiro semestre de 2008, ingressaram como professores Lucio Menezes Ferreira (arqueólogo) e Renata Menasche, bem como, consti-

tuiu-se o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS). Por sua vez, em 2009, entraram os professores Cláudio Baptista Carle (arqueólogo), Adriane Rodolpho, Francisco Luiz Pereira da Silva Neto, Rosane Aparecida Rubert e Lori Altamnn. Da mesma forma, em 2010, ingressaram Loredana Ribeiro e Rafael Milheira Guedes, ambos arqueólogos. Com o acesso de cada um desses profissionais, ampliou-se o repertório teórico e metodológico das áreas, incrementando o cruzamento dos três núcleos de disciplinas que formam a Linha de Formação em Antropologia Social e Cultural — teórico e metodológico; temático; e, etnológico, rural, tradicional — com os quatro que configuram a Linha de Formação em Arqueologia — teórico; abordagem diacrônica; interdisciplinar de instrumentalização teórico-prático; e, patrimonial.

Nesse momento, considerando o corpo docente lotado no Bacharelado em Antropologia, há oito antropólogos e quatro arqueólogos ministrando aulas, desenvolvendo projetos de pesquisas, atividades de extensão, enfim, trabalhando na formação pessoal e profissional de cento e trinta alunos do curso, idem, dos quinhentos discentes vinculados a outras graduações da UFPEL. Diga-se de passagem, a maioria desses docentes também participa ou do Mestrado em Ciências Sociais ou do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Como é perceptível, o principal objetivo do Bacharelado em Antropologia é a conexão entre antropologia e arqueologia na construção do conhecimento moral, intelectual, cognitivo dos alunos. Isto é, o esforço realizado em conjunto é tornar esse futuro profissional apto a gerar um conhecimento original, aberto à multidisciplinaridade, sensível à realidade das pessoas, desse modo contribuindo para o avanço das ciências.

Por outro lado, a UFPEL está situada no Bioma Pampa, em uma região de fronteiras nacionais — ou seja, bastante ligada ao Uruguai e à Argentina — e territórios étnicos. Desse modo, os vínculos dos professores desse bacharelado com a Universidad de la República (UDELAR), a Universidad de Buenos Aires (UBA), a Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), entre outras, já se traduzem na participação de profissionais dessas instituições em salas de aula, trabalhos de campo, eventos, co-autoria de livros, artigos — trabalhos

que oportunizam novos paradigmas para a sociedade brasileira que investe nesses projetos.

∞

Quanto ao ingresso dos alunos ao Bacharelado em Antropologia, o mesmo ocorre via processo seletivo (vestibular de inverno), sendo oferecidas cinquenta vagas anuais. Além disso, o curso prevê o ingresso de alunos através de reopção, reingresso, transferência de outros cursos de graduação e portador de diploma.

Tratando-se ainda do vestibular, a relação candidato/curso tem apresentado uma média de dois pretendentes por vaga. Por sua vez, o nível de evasão diminuiu da primeira turma (2008) para a segunda. Na primeira, ocorreu um abandono de trinta por cento; na segunda, a média ficou entre quinze e vinte por cento. A meta do Colegiado é a continuidade da queda dos índices de evasão do curso.

Quanto ao desenho do curso, a Linha de Formação em Antropologia Social e Cultural compreende 2.916 horas de atividades discentes; por sua vez, a Linha de Formação em Arqueologia compreende 3.120 horas (ver cronograma no final do texto). Cada uma dessas linhas corresponde a uma carga horária específica, dividida em (1) disciplinas específicas, (2) específicas optativas e/ou complementares e (3) formação livre, distribuída desse modo:

Antropologia social e cultural	Horas	Percentual
Disciplinas Específicas	1.836	61,5%
Disciplinas Específicas Optativas e/ou Complementares	748	25%
Formação Livre	400	13,5%
TOTAL	2.984	100%

Arqueologia	Horas	Percentual
Disciplinas Específicas	2.312	74%
Disciplinas Específicas Optativas e/ou Complementares	408	13%
Formação Livre	400	13%
TOTAL	3.120	100%

O núcleo de disciplinas específicas abrange um conjunto de matérias obrigatórias a serem cursadas pelos alunos do Bacharelado em Antropologia. O mesmo enfoca os campos de saber da antropologia e da arqueologia (entre outras disciplinas, Teoria Antropológica I, Metodologia da Pesquisa Qualitativa, Pré-História Geral I, Teoria Arqueológica I, Etnologia Ameríndia I, Etnologia Afro-Americana I, Patrimônio Cultural, Antropologia Política).

Já o núcleo de disciplinas específicas optativas abrange um conjunto de saberes oriundo das duas linhas de formação; ele possibilita ao discente o aprofundamento de temas específicos (Família e Parentesco I, Antropologia Rural, Relatórios Técnicos, Pareceres, Perícias I, Arqueologia Pública, Prática de Laboratório I, Zooarqueologia).

Por sua vez, o núcleo complementar proporciona ao aluno o conhecimento de conceitos e métodos proveniente de disciplinas vinculadas a outros cursos do Instituto de Ciências Humanas, a outros centros da UFPEL e, talvez, a outras universidades brasileiras e estrangeiras. A própria UFPEL configura, a cada semestre, um banco de disciplinas que é disponibilizado aos alunos de acordo com seus temas de pesquisa.

Por fim, a formação livre é destinada a atividades de extensão (seminários, congressos, jornadas, oficinas, grupos de estudos), projetos de pesquisa, bem como estágio não-obrigatório (esse último, no limite, compreendendo 200 horas).

Conforme previsto no PPP, os três primeiros semestres do curso apresentam disciplinas comuns para ambas as linhas de formação. A matrícula do quarto semestre está condicionada à opção do aluno pela Linha de Formação em Antropologia Social e Cultural ou pela Linha de Formação em Arqueologia, momento esse que as grades curriculares passam a se diferenciar. Nesse sentido, nos três primeiros semestres, o aluno obterá fundamentos teóricos e metodológicos de ambos os campos de conhecimento, de maneira a proceder à opção de uma linha de formação.

Tratando-se do perfil dos alunos do curso, de modo geral, trata-se de pessoas de classe média baixa ou classe baixa. A maioria dos discentes trabalha durante o dia e estuda à noite. Quanto as suas profissões, muitos trabalham como marceneiro, vendedor de loja, babá de creche, cozinheira de restaurante, faxineira de escritório, dona de casa, aposentado.

Em termos geracionais, as turmas do Bacharelado em Antropologia são ecléticas. Em uma mesma disciplina há alunos de 17, 22, 37, 50, 62 anos de idade. Na folha de chamada do professor há tanto alunos que passaram no primeiro vestibular como outros que retornaram à universidade 20 anos após o término do seu curso de graduação.

Com relação ao mercado de trabalho, observa-se que, a partir dos anos 1990, ambas as áreas apresentaram uma expansão tanto na pampa como em outras regiões do Brasil. O incremento ocorreu devido à diversificação do mercado de trabalho em instituições de ensino superior, em projetos realizados pelo Estado, museus, organizações não-governamentais, setor privado — por exemplo, a emissão de relatórios técnicos para grupos étnicos (ameríndios, afro-americanos, pescadores artesanais), o levantamento do patrimônio material e imaterial, a musealização, a turistificação.

Para finalizar esse texto, nós ressaltamos que o aceite do desafio do curso de Bacharelado em Antropologia pelos professores, alunos, UFPEL, Reuni e sociedade brasileira introduziu um novo marco na história da antropologia e da arqueologia no mundo local e globalizado que vivemos nesse início do século XXI. Nesse sentido, a criação do Mestrado em Antropologia e Arqueologia será o próximo passo que a UFPEL buscará implementar nos próximos meses.

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, LINHA DE FORMAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

1º Sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	5º Sem.	6º Sem.	7º Sem.	8º Sem.
Introdução à Antropologia	Teoria Antropológica I	Teoria Antropológica III	Patrimônio Cultural	Arqueologia Pública	Educação Patrimonial		TCC em Arqueologia
Fundamentos da História	Teoria Antropológica II	Teoria Antropológica a IV	Cartografia e Geoprocessamento	Geologia	Zoarqueologia		
Sociologia I	Introdução à Linguística	Metodologia de Pesquisa Qualitativa	Teoria Arqueológica II	Antropologia Política	Musealização Arqueologia e Antropologia		
Introdução à Arqueologia	Etnologia Ameríndia I	Etnologia Afro-Americana I	Mitologia e Ritual	Prática de Laboratório I	Prática de Laboratório II		
Pré-História Geral I	Pré-História Brasileira I	Teoria Arqueológica I	Pré-História Brasileira II	Arqueologia Histórica I	Arqueologia Histórica II		
		Prática de Campo I (turno tarde)					

DE QUE ANTROPOLOGIA(S) PRECISAMOS? PROFISSIONALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DO ENSINO¹

Fátima Tavares

A antropologia enquanto disciplina acadêmica vem atravessando, no país, um momento de grande discussão em torno do alcance do seu reconhecimento, dos limites e potencialidades tanto da produção teórico-conceitual quanto das “ferramentas” metodológicas utilizadas. Houve um momento em que se dizia que ela estava na moda. Outras disciplinas da grande área das ciências humanas (“tradicionalmente” próximas como a sociologia e a história, mas também o serviço social e a psicologia, por ex.) vêm crescentemente fazendo uso do seu método de trabalho de campo. Embora nem todos concordem com as razões do “sucesso” da antropologia, admitem, mesmo assim, que a sua blindagem a críticas é invejável.

Uma opinião corrente é a de que o método de trabalho, a etnografia, é o grande responsável pela sua capacidade de se introduzir em novos territórios, o que proporcionou um deslizamento suave e inadvertido até nós, modernos. Pois não seria outra a razão dos sucessivos deslocamentos observados no seu campo de atuação ao longo do século passado. Nos seus primórdios, começou alargando as fronteiras da humanidade até então conhecida e foi se aproximando. Mas a aproximação acabou ocorrendo por vias distintas: por um lado, essa

1 Versões anteriores deste trabalho foram apresentadas na II Reunião Equatorial de Antropologia, Natal, 2009 e na 27ª Reunião da ABA, Belém, 2010.

procura pelo “outro” veio dar nos nossos beirais, com índios, quilombolas e nativos redesenhando as periferias da nossa mundaneidade; por outro, o “atreimento” de investigar os contornos do que somos nós, do nosso coletivo como diria Latour, para suspeitar dos grandes divisores entre nós e eles.

No Brasil, se até a década de 90 assistimos a consolidação e internacionalização da produção antropológica através, principalmente, da rede de programas de pós-graduação instalados no país, atualmente novos desafios complexificam as discussões em torno da competência profissional do antropólogo.

Atualmente, não se trata apenas de focarmos as nossas preocupações em torno da excelência dos programas de pós-graduação, mas de estender para novos domínios a qualificação profissional. Assim, desde meados dos anos 90 os debates vêm ganhando crescente importância em torno da complementaridade de duas questões: a expansão do ensino da antropologia em nível de graduação, por um lado; e o perfil a ser exigido para enfrentar os desafios da atuação profissional, por outro.

Certamente essas duas questões são faces de um mesmo problema e que tem a ver com o que se espera do antropólogo atualmente. Como a sociedade compreende o exercício profissional da antropologia? O trabalho de campo e a produção de etnografia sobre os mais diferentes segmentos sociais produzem desdobramentos de que tipo? Cabe ao antropólogo apenas “conhecer” os “seus” nativos objetivando uma tarefa estritamente acadêmica ou também estaria autorizado a ser o seu “porta-voz” para a defesa de direitos e garantias constitucionais?

O que essas perguntas nos levam a considerar poderia ser traduzido numa discussão sobre os “direitos” e “deveres” do antropólogo. Mais precisamente, quais perguntas o antropólogo está autorizado a responder? Poderá transpor os limites do que chamamos de perguntas propriamente científicas para adentrar na interlocução com outros segmentos da sociedade?

Essas são questões que vêm atravessando o exercício profissional da disciplina, em seus vários novos campos de atuação. Obviamente, elas também trazem conseqüências para a formação desse profissional, embora essa seja uma questão ainda pouco discutida. Para explorar

com mais detalhes essas controvérsias, vamos tomar como referência o problema da perícia e elaboração de laudos antropológicos. Com isso, pretendemos explorar os desdobramentos dessa discussão para refletir sobre o que se espera da formação em antropologia atualmente.

Conhecimentos híbridos e formação profissional

A produção de perícias e laudos antropológicos parece enfrentar justamente os desafios de um conhecimento híbrido. Encontra-se na confluência entre a produção de conhecimento antropológico “genuíno”, já que se fundamenta nos mesmos critérios científicos e éticos da produção de etnografia, por um lado; e enfrenta a interpelação do Estado através dos seus operadores jurídicos e administrativos, que delineiam o “problema” a ser enfrentado pelo antropólogo, por outro.

Essa configuração híbrida tem sido apontada em diversos trabalhos, mesmo entre aqueles que defendem a legitimidade desse tipo de conhecimento como estreitamente antropológico.

Até bem pouco tempo parecia que o destino profissional do antropólogo se resumia à manutenção de sua “espécie”, reproduzindo novos quadros através dos cursos de ciências sociais nas universidades, comprometidos, portanto, com o conjunto das questões propriamente antropológicas de que fala Viveiros de Castro. Mas se o “conforto” de uma situação controlada é cada vez mais improvável, o que fazer com essa interpelação “externa”: Ministério Público, movimentos sociais, ONGs etc?

Os desdobramentos dessa preocupação podem ser encontrados no âmbito da literatura antropológica. O que fazer com as etnografias produzidas quando elas se transformam em manancial para interesses em conflito? As relações moventes entre trabalho de campo, produção do texto etnográfico e os desdobramentos de sua recepção tem sido objeto de muita discussão da chamada antropologia pós-moderna. Não cabe aqui inventariar argumentos dessa discussão: sabemos que a problematização da autoridade etnográfica jogou uma “pá de cal” nas tentativas de construção do discurso autorizado sobre o “outro”.

Mas o problema aqui é um pouco mais delicado do que este: já que não se pode falar “no lugar” dos outros, como produzir uma

interlocução junto aos diferentes “outros” em disputa? Uma questão bastante delicada nessa nova regulação das relações entre antropólogos e sociedade refere-se aos limites tênues entre o papel de interlocutor e o de perito das comunidades que ele estuda. Esse novo lugar do antropólogo tem gerado inúmeros desconfortos, como no desabafo de Ricardo Cid Fernandes:

Parece que o lugar dessa profissionalização não é o mestrado, não é a atividade acadêmica. O lugar parece ser alguma coisa à deriva da ABA, um apêndice à ela. Sinto falta de uma regulamentação da profissão, sinto muitas vezes meu trabalho fragilizado, exposto ao ridículo, pela ausência de regulamentação. (2008: 167).

Na coletânea “Laudos periciais antropológicos em debate”, organizada por Ilka Boaventura Leite, os autores que refletem sobre os desafios na produção de laudos demonstram grande preocupação com a questão da formação do antropólogo. Observam-se opiniões diferenciadas quanto à necessidade de uma profissionalização mais direcionada, indicando ao potencial das controvérsias em torno de uma formação antropológica adequada aos desafios atuais. Boaventura Leite apresenta o problema da seguinte forma:

O debate sobre as novas modalidades de atividade vem subsidiar práticas ainda pouco discutidas nos conteúdos da formação atual em ambos os campos [antropologia e direito]. A grade curricular de formação na área de Antropologia não contempla qualquer disciplina da área do Direito. É no cenário das práticas e em conformidade com os desafios encontrados que a atividade de perícia vai paulatinamente encontrando seu lugar e é acolhida no campo jurídico, relacionando-se com novas atribuições, muitas vezes até contrárias aos preceitos teóricos e éticos consagrados nos conteúdos antropológicos tradicionais. (p. 27)

Da mesma forma, Eliane O’Dwyer argumenta sobre o descompasso entre a compreensão do ofício do antropólogo a sua formação:

Há um pressuposto comum, neste caso, sobre o papel do antropólogo e da antropóloga enquanto “disciplina consagrada à exploração das diferenças entre populações” (idem). Bem menos consensual e fluida tem sido, porém, a definição sobre a formação do profissional em antropologia no Brasil. (p. 216)

Dentre os autores, Eliane Carreira é a que apresenta uma posição mais explícita em relação aos desafios da formação. Afirmando que para se fazer laudo deve-se ser um antropólogo bem formado, constitui uma preocupação da autora os cursos profissionalizantes de Antropologia reconhecidos pelo MEC. Teme-se, assim, pela constituição de um perfil de antropólogo dissociado do pesquisador:

No nosso entender, se você sabe fazer uma boa etnografia, você com certeza saberá fazer bons laudos. Sendo assim, não precisa de um curso profissionalizante para ensinar a fazer laudos, basta a existência de bons cursos regulares que ensinem a fazer etnografia (...) (p. 247)

Ensino de antropologia e formação profissional

A questão do ensino da antropologia no Brasil atravessou, a partir dos anos 90, diferentes momentos que se superpuseram no que se refere aos temas de debate. Nas menções às iniciativas da ABA nos anos de 1994 e 1995, os trabalhos de Peter Fry (2006) e Yvonne Maggie (2006) recordam os temas em pauta daquele momento, que tratavam dos desafios da expansão do ensino de antropologia no nível da graduação e pós-graduação. Já naquele momento, como salienta Mariza Peirano (2006) foi abordada a questão da graduação em antropologia, mas ela não adquiriu relevância.

Um segundo momento das discussões foi marcado pela problematização da pós-graduação como identificador profissional: as exigências de diminuição do tempo de titulação do mestrado recolocavam a necessidade de se reavaliar a antropologia da graduação (TASSINARI et al, 2006); por outro lado, os desafios do ensino, decorrentes das novas exigências profissionais da carreira de an-

tropólogo. Como melhor preparar esse estudante? Concentrando a formação no nível da pós-graduação, através de mestrados profissionais, especializações em subáreas emergentes (como laudos e perícias, gestão patrimonial, mediação cultural, dentre outras)? Ou seria melhor investir os esforços numa reavaliação do lugar da formação antropológica no âmbito das ciências sociais, partindo para a criação de graduações em antropologia?

Os parâmetros da discussão podem ser observados nas posições de Gláucia Silva (2008) e Guita Debert (2008). Para a primeira, a atuação “extramuros” da antropologia não é mais episódica, havendo, atualmente, um novo mercado de trabalho para o seu exercício, o que implica em iniciativas de profissionalização, com a criação de cursos profissionalizantes na confecção de laudos e gestão do patrimônio cultural.

Já para Debert (2008) a questão da ética e da formação do antropólogo, embora não sejam novas, encontram-se atualmente relocaladas em novos termos, dado a diversidade das áreas de atuação. Quanto ao papel da universidade, ela tem que garantir a formação geral e não se dispersar em especializações. Essa discussão se reflete nos mestrados profissionalizantes e no próprio perfil da graduação em antropologia.

Se em momentos anteriores a questão da graduação em antropologia carecia de mobilização e discussões sistemáticas, o momento atual exige novas redefinições, à medida que alguns cursos de antropologia já estão em funcionamento no país. Embora as outras questões não tenham se esgotado, os desafios em torno do perfil de profissional que emerge da graduação em antropologia é um desafio que devemos encarar. Não se trata mais apenas de refletir sobre quais seriam as melhores possibilidades de formar esse profissional, mas de estimular uma discussão sobre parâmetros mínimos dessa formação, considerando a diversidade geográfica e de áreas de especialização do corpo docente na antropologia brasileira.

A partir da sua experiência na Comissão de Especialistas de Ensino do MEC, Yvonne Maggie (2006) apresenta uma interessante reflexão sobre a tradição brasileira, que reconhece e legitima o lugar do ensino da antropologia no âmbito das ciências sociais, tradição

essa que compreende essa relação de continuidade como “natural” já que afinada à tradição humanística na qual a antropologia se insere. Apresentando um relato agradável e bem humorado, Maggie instiga a discussão através da pergunta que leva o nome do artigo: “Por que gostamos tanto do curso de ciências sociais?” para, como isso, apresentar, não sem perplexidade, uma certa “obsessão” pelo “desenho” do currículo mínimo do curso de ciências sociais. Mas como ela mesma salienta, é preciso observar como “opções aparentemente práticas afetam o rumo da disciplina em termos teóricos” (2006: 272). Com isso, Maggie aponta possíveis limites na opção pelo modelo tradicional do curso de ciências sociais:

A nossa escolha por um curso de cunho enciclopédico, digno de aulas magnas, sem orientação acadêmica e com uma grade curricular fixa e por essa relação e conversa limitadas à sociologia e à ciência política, tem conseqüências. A escolha fez com que nos distanciássemos na graduação da lingüística, da arqueologia e da antropologia biológica. Além disso, uma formação mais geral e humanística na graduação pode certamente estar em um bom curso centrado na antropologia. (2006: 273)

Além disso, acrescenta a autora, treinamento na disciplina depende da interface com outras áreas de conhecimento que transcendem os limites do desenho das ciências sociais. Limitando as possibilidades de formação na graduação, a pós-graduação não teria fôlego para reparar as deficiências de formação.

As propostas de bacharelado em antropologia atualmente em discussão no país parecem combinar em porções diferenciadas duas orientações de fundo, enfatizando determinados perfis e exigências que compreendem a formação deste profissional na contemporaneidade.

A primeira orientação de fundo compreende o bacharelado como uma oportunidade de aprendizagem precoce e sistemática da tradição teórico-metodológica da disciplina. O objetivo da graduação seria o de fornecer densidade e aprofundamento, no intuito de formar antropólogos academicamente mais qualificados. No núcleo da

formação obrigatória teríamos, nesse perfil, uma exigência profissional concentrada na aprendizagem de campos teóricos tradicionais da antropologia como religião e magia, parentesco, ritual e simbolismo etc. Com isso, as novas áreas de formação demandadas pelo mercado como a competência na realização de laudos e perícias ou a gestão de patrimônio ficam a critério da formação complementar, permitindo ao graduando escolher as áreas em que deseja habilitar-se.

A segunda orientação busca um alargamento das habilidades que tradicionalmente caracterizam o antropólogo. Assim, teríamos aqui uma ênfase na ampliação das competências, não se restringindo apenas ao perfil acadêmico. A formação do estudante compreenderia o contato, ainda que inicial, com a diversidade crescente da habilitação profissional: mediador cultural, gestor de patrimônio, perito de laudos antropológicos etc. Caberia ao estudante a escolha pelo posterior aprofundamento em uma dessas novas áreas de atuação.

Por outro lado, ambos as orientações se afastam da ênfase no desenho tradicional do bacharelado em antropologia vigente em outros países. Particularmente nos Estados Unidos, onde a formação de bacharéis em Antropologia consiste no estudo dos quatro campos, a saber: antropologia sócio-cultural, arqueologia, antropologia biológica e lingüística antropológica. As propostas de bacharelado, por sua vez, têm procurado contornar essa diferença propondo, na formação obrigatória, disciplinas introdutórias à arqueologia e lingüística antropológica.

Outra característica a ser acentuada em alguns projetos de bacharelado é a estruturação num tronco comum disciplinar seguido de 2 habilitações: antropologia social e arqueologia (UFBA, UFMG, UFPel e no caso da UFPB/Rio Tinto, antropologia social e visual (os que compreendem uma única habilitação são UNB, UFAM e UFRR). Com isso, as possibilidades de escolha do aluno no que se referem às “áreas de concentração” podem transitar entre uma formação propriamente acadêmica (investindo em disciplinas temáticas e teóricas) até uma especialização nas novas áreas de gestão patrimonial, produção de laudos etc.

Na formulação das propostas de bacharelado, a composição entre essas duas orientações vem ocorrendo em três eixos.

Eixo 1: estrutura curricular

Observam-se variações na grade de disciplinas oferecidas, podendo haver maior ênfase nas disciplinas “teóricas” ou nas disciplinas de “produção de novas competências”. Essa diferença irá se refletir no grau de inovação das disciplinas que compõem a grade curricular: mais teóricas ou mais temáticas.

Eixo 2: Flexibilidade e interdisciplinaridade da grade curricular

Outra questão que impacta o perfil da grade curricular é o peso que ocupam as disciplinas obrigatórias, eletivas e as atividades complementares. Nos projetos de bacharelado observar-se grande variação na porcentagem dos tipos de disciplinas e atividades.

Eixo 3: Atividades extra-classe

Também observamos importante variação no que se refere à importância e grau de inovação da formação complementar. Em alguns projetos é oferecido um amplo leque de atividades para a formação complementar, propostas de estágio supervisionado (UFRR), prática em pesquisa e diversificação no perfil do trabalho final de curso.

Uma questão importante a observar é a de combinar com dosagens adequadas as orientações disponíveis, fazendo do egresso em antropologia profissional que tenha habilidades nas novas competências, mas, cujo desempenho não se restrinja à eficiência técnica, realizando-se de forma crítica e criativa.

Ao mesmo tempo em que é necessária uma expansão dessas habilidades, devemos maximizar as potencialidades e vocação das universidades onde os cursos são oferecidos. Com isso, não parece ser desejável um “engessamento” curricular, promovendo uma homogeneização das competências nos quatro cantos deste país. Muito pelo contrário, o contexto local deve se transformar num laboratório a ser explorado, considerando-se seus problemas e história: é dele que deve emergir a “vocação” pretendida pelo curso, onde colaboram docentes e discentes.

Diante dessas alternativas de compreensão da competência antropológica, deparamo-nos com a escolha de orientações e critérios

para adotar na elaboração da grade de disciplinas do bacharelado em Antropologia, que reflita as características e potenciais encontráveis na antropologia que se realiza na Bahia e, particularmente, no Departamento de Antropologia da UFBA.

Um caminho que se mostra promissor é articular da melhor maneira possível as potencialidades de cada um dos “desenhos” apresentados acima, considerando, por um lado, as especificidades da tradição antropológica brasileira; e, por outro, os novos desafios contemporâneos da nossa sociedade que exigem dos antropólogos maior participação na identificação e busca de soluções adequadas para os grandes problemas contemporâneos que exigem formação apropriada dos profissionais que devem lidar com estes.

A grade curricular, qualquer que seja o seu “desenho”, deve ter como referência a formação em três grandes eixos. O primeiro deles seria um conjunto de disciplinas que comporiam um “núcleo central” de disciplinas de formação teórica e metodológica obrigatória, que garantirão, assim, uma formação mínima e habilitando o estudante para as diversas competências atualmente exigidas.

O segundo eixo seria composto por um conjunto de disciplinas que garantem a habilitação específica do aluno, com conteúdos curriculares de aprofundamento do “núcleo central”, bem como por disciplinas com temáticas particulares. Teríamos como terceiro eixo a formação complementar, que compreende as disciplinas optativas “livres”, ou seja, livremente cursadas em qualquer departamento, garantindo a flexibilidade da formação (por exemplo: para uma especialização em laudos, o estudante poderá cursar disciplinas em direito, geociências, ecologia, economia, saúde coletiva etc; já se optar por gestão de patrimônio, poderá fazer optativas de história, arte, arquitetura, urbanismo, administração, museologia etc.). Além disso, devemos estimular a participação em atividades extracurriculares variadas, atendendo, assim, de maneira mais apropriada, à própria diversidade de exigências e tendências presentes nas demandas por formação especializada.

Por fim, talvez seja o momento de pensarmos em algo semelhante ao ocorrido com a oficina de laudos periciais, num esforço conjunto entre o NUER (UFSC) e a ABA. O documento de trabalho in-

titulado “Carta de Ponta das Canas” foi oriundo da dessa oficina, cujo intuito, como salienta Boaventura Leite, foi o de servir de “parâmetro inicial para nortear as discussões e a relação dos profissionais com os campos jurídico e administrativo.” (2005, p. 22). Poderíamos sugerir, numa iniciativa promovida pela ABA, uma orientação que também subsidiasse essas discussões para os cursos de graduação em antropologia que estão se implantando.

Referências

Almeida, Alfredo Wagner B. Perito e perícias: novo capítulo de (dês) naturalização da antropologia. In: Silva, Gláucia (org) *Antropologia extramuros. Novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília, Paralelo 15, 2008.

Carreira, Eliane de Amorim, O lugar da antropologia no campo multidisciplinar do laudo pericial. In: Leite, Ilka Boaventura (org) *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis, Co-edição NUER/ABA, 2005.

Debert, G. Ética e formação do antropólogo. In: Silva, Gláucia (org) *Antropologia extramuros. Novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília, Paralelo 15, 2008.

Fernandes, R. C. Produto e processo: antropólogos e empresas. In: Silva, Gláucia (org) *Antropologia extramuros. Novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília, Paralelo 15, 2008.

Fry, P. Formação ou educação: os dilemas dos antropólogos perante a grade curricular. In: In: Mirian Grossi, Antonella Tassinari e Carmen Rial (orgs). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau, Nova Letra, 2006.

Leite, Ilka B., Os laudos periciais – um novo cenário na prática antropológica In: Leite, Ilka Boaventura (org) *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis, Co-edição NUER/ABA, 2005.

Maggie, Y. Por que gostamos tanto do curso de ciências sociais? In: Mirian Grossi, Antonella Tassinari e Carmen Rial (orgs). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau, Nova Letra, 2006.

O'Dwyer, Eliane Cantarino, Laudos antropológicos: pesquisa aplicada ou exercício profissional da disciplina? In: Leite, Ilka Boaventura (org) *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis, Co-edição NUER/ABA, 2005.

Oliveira, Osvaldo Martins, O trabalho e o papel do antropólogo nos processos de identificação étnica e territorial. In: Leite, Ilka Boaventura (org) *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis, Co-edição NUER/ABA, 2005.

Silva, G. Introdução. In: Silva, Gláucia (org) *Antropologia extramuros. Novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília, Paralelo 15, 2008.

Tassinari, A. et Al. O encontro sobre ensino de antropologia. In: Mirian Grossi, Antonella Tassinari e Carmen Rial (orgs). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau, Nova Letra, 2006.

Viveiros de Castro, Eduardo. *Eduardo Viveiros de Castro / Organização Renato Sztutman*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2008.

A PRÁTICA DA ANTROPOLOGIA E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS: NOTAS SOBRE ENSINO E PESQUISA¹

Simoni Labud Guedes (UFF)

A perspectiva na qual foi construído este texto provém de minha atuação como professora e pesquisadora em uma universidade federal, há alguns anos, forma principal pela qual tenho exercido o ofício de antropóloga. Devo destacar também como importante, para o que pretendo aqui argumentar, minha participação institucional como membro da Comissão de Ensino da ABA. Reconheço que é uma posição relativamente confortável diante dos dilemas éticos envolvidos na prática da antropologia “extramuros” (cf. Silva, 2008) mas penso que esta perspectiva permitirá trazer uma ou duas questões para o debate sobre o ofício de antropólogo, dialogando com alguns antropólogos brasileiros. São algumas questões que tenho feito a mim mesma no exercício da antropologia. Assim, gostaria de acentuar a forma como os objetivos de aplicação prática dos saberes antropológicos repercutem em minhas experiências de ensino da antropologia, nas condições específicas que a disciplina encontra no Brasil, tema que se desdobra, de um lado, sobre a própria formação de antropólogos e, de outro, sobre o ensino de antropologia como contribuição para uma outra formação. Trata-se, assim, de uma contribuição bastante modesta, considerando que tenho exercido o ofício de antropóloga predomi-

1 Texto originalmente apresentado na Mesa Redonda “Ofício do Antropólogo”, coordenada por Léa Freitas Perez (UFMG) na VII RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul), realizada em Porto Alegre em 2007.

nantemente nas lides acadêmicas, portanto sem me confrontar pessoalmente com os dilemas éticos nos quais se envolvem os antropólogos que trabalham fora das universidades e centros de pesquisa.

Para a construção do meu argumento, o ponto de partida necessário é a ampla difusão que a antropologia – ou a chamada “perspectiva antropológica” – teve nos meios letrados brasileiros nas últimas décadas. Vamos a ele.

A sedução da antropologia no Brasil e o reencantamento do mundo

Embora a produção do conhecimento antropológico pressuponha, do ponto de vista metodológico, um descentramento do sujeito do conhecimento que, em tese, suspenderia quaisquer tomadas de posição prévias, não é difícil encontrar na história da antropologia, como sabemos, exemplos provenientes de diversos contextos nacionais e acadêmicos em que a produção de pesquisas antropológicas foi sugerida ou está inerentemente ligada à sua utilização, de formas diferentes, por segmentos sociais diversos. Além disso, mesmo indiretamente, a produção de conhecimento sempre visa, de uma forma ou de outra, interferir nos processos sociais. Nada a estranhar, portanto, sob este aspecto.

Contudo, no caso da antropologia brasileira, envolvida desde os seus primórdios com questões relativas, em especial, à sobrevivência física e cultural das populações indígenas, mas não só a estas, vale a pena atentar para a intensificação e extensão significativas deste processo nas duas últimas décadas, intensificação associada, em algumas de suas grandes e mais evidentes linhas, à promulgação da Constituição Federal de 1988². Este marco legal, sem dúvida, transformou os antropólogos em intérpretes autorizados do que se entende, na sociedade brasileira, como recuperação de direitos para grandes parcelas da população expropriadas durante o processo colonizador, abrindo um campo de atuação imenso, que exige investimentos acadêmicos muito específicos, que, inclusive, têm sido objeto de reflexão permanente em nossa associação através de uma comissão, criada há alguns anos. Sua

2 Há vários registros da importância deste marco legal na geração de novas demandas para a antropologia brasileira. Indico, por exemplo, Lima e Barretto Filho(2005).

importância para o tema está mais do que estabelecida mas, além do fato de que não sou competente para discutí-lo, o que gostaria de trazer aqui, são outras dimensões menos perceptíveis deste processo pois esta é apenas a ponta mais visível e brilhante do iceberg.

Meu argumento baseia-se em uma interpretação da mudança do lugar da antropologia nas ciências sociais brasileiras e na concomitante – mas não consequente – difusão dos saberes antropológicos. Nas duas últimas décadas, no Brasil, a antropologia migrou de uma posição classificada como “alienada” no campo das ciências sociais³ para uma posição muito mais central e legitimada. Por uma espécie de reencantamento do mundo, “a cultura” – assim mesmo, reificada – transformou-se em argumento de autoridade, fazendo com que a *expertise* dos antropológos fosse continuamente chamada a responder às mais diferentes exigências feitas por diversos setores sociais, inclusive diversos setores estatais. Configura-se, nesta perspectiva, uma alteração na posição da antropologia no campo das ciências sociais e um deslocamento de sua interpretação no campo do poder (Bourdieu, 1982, 1989). Assim, além das áreas tradicionais da etnologia indígena, das relações e do preconceito racial, a demanda para a interpretação com o selo da antropologia hoje, no Brasil, envolve praticamente todas as dimensões possíveis do comportamento humano, gerando, inclusive, reações sobre a forma como a mídia, especialmente, nos classifica como “especialistas” nisso ou naquilo⁴. Há pouco tempo, por exemplo, o recente desdobramento temático da antropologia econômica em “antropologia do consumo” foi tema principal de um caderno do jornal O Globo, com o significativo título “Antropológos no consumo” e o sub-título “Empresas contratam profissionais para fazer pesquisas e aprimorar seus serviços” (O Globo, 6 de maio de 2007, Caderno Boa

3 Quando me iniciei na antropologia, ainda no curso de Ciências Sociais da UFF, entre 1968 e 1971, durante a ditadura militar, portanto, os estudantes que se “inclinavam” para a antropologia, eram classificados pelos outros, mais militantes, como “alienados”. Em outros momentos de inserção profissional em equipes multidisciplinares, vivenciei o mesmo tipo de classificação.

4 Não é casual que estejam se tornando proverbiais nossos encontros e desencontros com a mídia. Enquanto alguns de nós lidam, sem problemas, com o recente interesse por nossas interpretações, outros têm apontado as dificuldades deste diálogo, em geral, pautado previamente, evitando estas relações.

Chance)⁵. Evidentemente, como o próprio exemplo acima pode comprovar facilmente, uma maior difusão não significa, de fato, a compreensão e incorporação da produção antropológica como geradora de ação social e nem mesmo pode ser considerado como o elemento fundamental na ampliação do campo acadêmico da antropologia no Brasil, mais dependente da dinâmica institucional própria à academia e às agências de financiamento (cf. Trajano Filho e Ribeiro, 2004). Mas é, sem dúvida, fator muito relevante na organização deste campo no Brasil, confrontando-nos, muitas vezes, com questões que se originam em outros espaços sociais.

Do meu ponto de vista, um dos mais adequados registros desta mudança de posição da antropologia no Brasil é encontrado em conferência proferida por Otávio Velho (1995) na comemoração dos 25 anos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da UFF, em 1993, posteriormente publicada na nossa revista *Antropolítica*. Seu ponto de partida é a afirmação de que “há de fato um sucesso da antropologia no país, que é inclusive invulgar em termos mundiais. Acho que são poucos os lugares do mundo onde esta disciplina tem tanta visibilidade pública como no caso do Brasil” (Velho, 1995, p. 103). Indaga-se, nesta conferência, sobre as razões deste sucesso e aponta alguns problemas daí decorrentes, acentuando o que denomina a “carga romântica” da antropologia (p. 106), tornando-a mais “maleável, mais artística, do que seriam, em nosso campo, as ciências mais positivas”. Voltarei a este ponto adiante.

Situo na mesmo registro as agudas observações de meu colega Roberto Kant de Lima, que, em mensagem pessoal sobre o tema em tela, acentou de modo sucinto mas muito preciso duas coisas: “a primeira, o fato de que a posição *sui generis* da antropologia como disciplina das ciências sociais - entre a teoria dura e a prática flexível - está na sua vertente comparativa/contrastiva, que emite sinais de tolerância aonde costuma haver normatividade e intransigência por parte de outras disciplinas das ciências sociais; a segunda, que esta antropologia

5 O texto continha interpretações bem complicadas do trabalho dos antropólogos, em especial no trecho referido a um “escritório francês de antropologia”, denominado “Toile” que faria pesquisas “antropológicas” dirigidas à melhoria da qualidade dos produtos de empresas.

é dura, mesmo, só nos países centrais coloniais/imperiais, onde é a sociologia e a ciência política que estão encarregadas de pensar a sua sociedade, enquanto que a antropologia pensa a sociedade dos outros e as políticas públicas endereçadas a ela. Daí essa ambiguidade estruturante do saber antropológico em nossas sociedades colonizadas, que requer, também de nossa parte, flexibilidade para pensar as características específicas da formação de nossos antropólogos e o papel da antropologia na formação local de não antropólogos”.

O deslocamento operado por uma antropologia periférica para eleger temas de pesquisa na própria sociedade que produziu os pesquisadores, exigiu, como acentua Mariza Peirano (2006), redefinições da alteridade, partindo do argumento de que a diferença é um “aspecto fundante” na disciplina (Peirano, 2006, p. 53). No caso brasileiro, esta diferença seria encontrada no interior da própria sociedade.

Estas características e esta opção da antropologia brasileira, fazem com que os antropólogos possam ser também compreendidos, na cena social brasileira, como “definidores da realidade” (Berger e Luckmann, 1973, p. 157), atores sociais com potencial de interferência, de modo mais indireto ou mais direto, nos fenômenos sociais. Enfocar temas de pesquisa definidos por uma “alteridade próxima” (Peirano, 2006), por exemplo, pode aumentar o potencial de interferência, exigindo que os achados teóricos sejam colocados em perspectiva política⁶. Mesmo temas aparentemente menos sensíveis, como por exemplo, a análise de projetos sociais esportivos, que venho empreendendo atualmente, nos coloca nesta cena, o que se, evidentemente, não interfere (ou não deveria interferir) na produção de conhecimento, exige que a enunciação dos resultados considere os possíveis efeitos, muitos não previsíveis ou desejáveis dos resultados da pesquisa. Nesta pesquisa, por exemplo, o próprio trabalho de campo é interpretado pelos que administram os projetos sociais como uma adesão implícita a seus objetivos, fazendo com que me convidem, algumas vezes, a apresentar o trabalho em fóruns ou encontros que, na verdade, interessariam à pesquisa como campo empírico. Do mesmo modo, um dos resultados

6 Compreendo assim a afirmação de Peirano de que “no Brasil, teoria não é apenas abordagem mas afirmação política também” (2006, p. 62)

mais evidentes que temos encontrado é a óbvia dissonância entre os objetivos dos que empreendem o projeto e os jovens e suas famílias, que os usam de modo que denomino “instrumental”, ou seja, como expressa Novaes (2003), apropriando-se da linguagem esperada pelos empreendedores para expressar publicamente sua adesão mas mantendo seus objetivos próprios e específicos.

Em resumo, pode-se dizer que há, assim, um movimento “bem-sucedido”, digamos, da antropologia brasileira em estabelecer-se como uma espécie de ator político, partícipe das definições de realidade na sociedade brasileira. Em contrapartida, devemos administrar os efeitos possíveis de nossas pesquisas e responder às demandas muito diferenciadas que esta sociedade apresenta.

Assim, compartilhando da perspectiva proposta pelos professores Otávio Velho e Roberto Kant de Lima, interessa-me acentuar que este “sucesso” e esta posição singular da antropologia no Brasil, como não poderia deixar de ser, também chegou às salas-de-aula, tanto de graduação quanto de pós-graduação, embora diferentemente nos dois casos, impondo questões e, até, agendas, que provêm desta demanda mais ampla gerada por diversos setores da sociedade brasileira. Pode-se considerar haver um consenso de que, nas últimas décadas, no Brasil, a antropologia encontrou um espaço significativo e específico, concomitante ao interesse e à valorização de nossas diferenças internas e, principalmente, ao interesse pela “especificidade” brasileira. Do mesmo modo, alguns temas mais “duros” das ciências sociais – como a segurança pública, por exemplo – que se constituíram como “problemas sociais” (Lenoir, 1996), também foram submetidos ao escrutínio antropológico e geraram demandas de ensino.

Formar antropólogos e contribuir para outras formações

No Brasil, como sabemos, a profissão de antropólogo não é regulamentada e a formação de antropólogos, até muito recentemente⁷,

7 A Universidade Católica de Goiás conseguiu iniciar sua primeira turma de graduação em antropologia em 2007, após tentativa frustrada no ano anterior, por falta de candidatos, segundo informações do professor Roque de Barros Laraia. Em 2008, surgem os primeiros cursos de graduação em Antropologia (Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal da Paraíba). Outros cursos iniciaram-se em 2009, havendo ainda outros projetados para começar em 2010 e 2011,

estava restrita à pós-graduação. Como acentua Ruben Oliven (2004), apesar da desvantagem da ausência de proteção legal aos mestres e doutores, “uma das vantagens da profissão de antropólogo não ser regulamentada é permitir que os antropólogos brasileiros sejam oriundos dos mais diversos cursos de graduação, optando pela antropologia apenas na pós-graduação, quando já são um pouco mais experientes e têm mais vivência acadêmica” (Oliven, 2004: 213).

Embora a própria regulamentação da profissão seja um excelente tema de debate – que, a meu ver, não poderá ser evitado por muito tempo mais pela ABA – o que eu gostaria de acentuar aqui, sob este ponto de vista, é que a incorporação de estudantes com formação diversificada é bastante expressiva nas pós-graduações de antropologia, apesar da maioria (56% em 2001, cf. Debert. 2004: p. 149) ser oriunda da graduação em ciências sociais ou de áreas mais próximas. Mas não são absolutamente incomuns a inclusão de profissionais graduados em medicina, enfermagem, arquitetura, educação física, direito, turismo, marketing etc

A demanda crescente destes profissionais pelo ensino de antropologia, por um lado, é apenas uma face do sistema universitário nacional, que se apresenta de modo bastante flexível para as estratégias de remanejamento nas trajetórias disciplinares, e, por outro lado, do meu ponto de vista, é mais um indicativo do “sucesso” referido acima, das interpretações antropológicas dos mais diversos aspectos da sociedade brasileira. Na mesma direção pode ser interpretada a crescente demanda de disciplinas de antropologia em cursos de graduação diversos que, no caso das universidades públicas, como a UFF, colocavam uma série de dilemas para os departamentos de antropologia que, como a grande maioria, tiveram uma drástica diminuição de docentes na última década, em decorrência direta das alterações da política nacional de distribuição de vagas docentes, política que, no caso da antropologia ao menos, estava em flagrante contraste com o crescimento da demanda pela disciplina. Este quadro, felizmente, alterou-se nos últimos anos com o REUNI (Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que possibilitou a ampliação dos quadros docentes dos departamentos.

Na pós-graduação em antropologia que, pela não-regulamentação da profissão transformou-se, no caso brasileiro, como já acentuado

acima, no caminho para o reconhecimento profissional, estratégia pela qual optou, até aqui, nossa associação, a incorporação de profissionais oriundos de outras profissões nos tem confrontado, diretamente, com o dilema da “conversão” versus a “instrumentalização”. Trata-se de uma segunda “socialização secundária” (Berger e Luckmann, 1973), portanto duplamente dificultada, que propõe enormes desafios aos docentes e programas de pós-graduação, trazendo questões que não se apresentavam anteriormente em sua pauta. Ao lado de uma talvez até excessiva uniformidade nas disciplinas obrigatórias dos currículos de nossas pós-graduações (cf. Debert, 2004), as disciplinas optativas e as temáticas desenvolvidas nas teses e dissertações têm delineado um campo muito mais vasto e maleável, certamente, em muitos casos, respondendo aos interesses trazidos para dentro da academia por profissionais oriundos de outras áreas. Não é absolutamente incomum que o candidato expresse, em sua carta de intenções, por exemplo, sob formas diversas, que deseja aprender antropologia para melhorar seu desempenho em sua profissão ou em sua área de atuação. Se a renovação temática na antropologia muito deve a esta demanda, sem dúvida, enriquecedora, é forçoso reconhecer que, na pós-graduação, responsabilizados que estamos pela forma tácita que criamos para definir quem é antropólogo, atuamos vigorosamente, em todos os níveis institucionais, para operar a “conversão” deste profissional em um antropólogo, insistindo fortemente na incorporação de alguns princípios teóricos e metodológicos, representados, muitas vezes, por alguns textos canônicos. Rejeitamos, desta forma, o que seria apenas uma utilização instrumental da antropologia e driblamos os descaminhos da inter ou transdisciplinaridade, outro tema com o qual lidamos com extrema dificuldade. Entretanto, creio eu, não podemos ainda avaliar o quanto a antropologia que fazemos hoje no Brasil está infletida, em seu cerne, pelas demandas que chegam desse modo à universidade em sua pós-graduação e, por esta via, o quanto a antropologia tem contribuído para as mais diversas intervenções sociais. Creio que obteríamos índices reveladores se, por exemplo, correlacionássemos as trajetórias progressivas e posteriores dos mestres e doutores e os temas e áreas em que produziram suas teses e dissertações, sinalizando para uma especificidade muito maior de nossa “antropologia at home” (Peirano, 2006).

Se na formação de antropólogos, o objetivo da “conversão” é consensual, apesar de bastante problemático, temos registrado outros desafios quando somos chamados a contribuir para outras formações, em nível de graduação ou especialização, situação cada vez mais comum e que é, muitas vezes, demandada senão como uma “antropologia aplicada”, como uma “antropologia aplicável”. Ou seja, muitas vezes trata-se de uma demanda bastante específica que, tacita ou explicitamente, nos indaga “pra que serve isso para a minha profissão?”.⁸ Não se trata aqui de formar antropólogos mas de dizer a que viemos, caso a caso, inclusive exigindo um esforço e um investimento específico do docente na compreensão mínima daquela área específica.. Posso oferecer o exemplo próprio mas não incomum, referente à nossa experiência coletiva, na UFF, pelo período de quase cinco anos, com o curso de Justiça Criminal e Segurança Pública que tinha como parte do público, oficiais superiores da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e delegados da Polícia Civil, entre outros alunos. Por um lado, estávamos sempre confrontados, direta ou indiretamente, com a questão da “aplicação” do que ensinávamos, preocupação absolutamente compreensível pois são profissionais da intervenção direta. Acrescento que a questão que era sempre respondida evocando os claros limites de nossa contribuição, incapaz de gerar diretamente normas de intervenção social. Por outro lado, não tenho dúvidas acerca do quanto meu próprio trabalho foi infletido pela experiência e pela interlocução com atores sociais tão específicos. em sala-de-aula e, principalmente, na orientação de monografias.

Sob um ponto de vista um pouco mais amplo, eu apontaria aqui duas questões principais com as quais nos defrontamos ao contribuir para outras formações: uma concernente ao relativismo cultural, outra mais concernente à nossa forma de produzir dados. Apontam ambas, a meu ver, para as dificuldades e limites deste tipo de contribuição.

A conjugação dos dois princípios instituintes da antropologia moderna – a unidade humana e a diversidade cultural – implicou em

8 Tivemos um exemplo inusitado e recente, desta demanda excessivamente dirigida, em nosso Departamento de Antropologia, quando o colegiado do recém-criado curso de graduação em Filosofia solicitou, como disciplina obrigatória, Antropologia Estrutural. Quando argumentamos que seria necessário, antes, pelo menos uma disciplina de Introdução à antropologia, nossa proposta foi rejeitada.

uma argumentação tácita pela tolerância com as diferenças. Sem dúvida, parte da sedução da antropologia para outras formações se deve à defesa do relativismo cultural, que deriva destes princípios, permitindo subverter interpretações, ver o mundo pelo avesso e, principalmente, reconhecer e legitimar diferenças. O problema é, como afirma Débora Diniz (2001, p. 60), a passagem do “relativismo cultural como uma perspectiva metodológica” para o “relativismo como uma ideologia que justifica as diferenças em termos culturais”. Sem pretender discutir aqui a problematização feita pela autora da noção de direitos humanos⁹, gostaria de acentuar que o deslizamento apontado por ela é, sem dúvida, uma das dificuldades que encontramos no ensino da antropologia para outras formações. Geralmente como coadjuvantes destas outras formações, atuando em disciplinas com cargas horárias extremamente reduzidas, precisamos ter cuidado redobrado para matizar esta passagem evitando esvaziar, desta forma, o princípio metodológico do relativismo cultural, transformando-o num aforismo moralizante.

A sedução exercida pela antropologia também se exerce no modo pelo qual produzimos nossos dados e também aqui precisamos ter cuidado redobrado. Podemos voltar agora às observações de Otávio Velho, que nos chamava a atenção para o que denomina “um certo ethos do cultivo da espontaneidade do fazer antropológico que é muito romântico” (Velho, 1995, p. 106). Seu foco é a problematização da disciplina e da formação de antropólogos e, embora, da década de 1990 para cá, tanto nas graduações em ciências sociais quanto nas pós-graduações tenhamos legitimado as disciplinas de “métodos e técnicas” que, na ocasião, eram mais incomuns, como destaca o autor referido, suas observações permanecem válidas na atualidade, sugerindo que a necessária criatividade e inventividade de estratégias de pesquisa, sem dúvida um dos nossos maiores trunfos, não pode prescindir do rigor metodológico e da reflexão sobre o fazer antropológico. Se não

9 Identificando a questão como um “lapso disciplinar” da antropologia (Diniz, 2001, 60) e problematizando as noções de direitos humanos e direitos culturais, a partir do exemplo da mutilação genital feminina, a autora advoga a preeminência necessária da noção de “direitos fundamentais”, claramente explicitada como estratégia de luta política processual

há dúvida da necessidade destes cuidados na formação de antropólogos, a questão é: qual é o papel, as possibilidades e limites da reflexão e do treinamento metodológico no ensino para não-antropólogos? Não estaríamos, muitas vezes, buscando uma “antropologização” de outras abordagens, baseada na enganadora facilidade de aplicação das técnicas de pesquisa antropológica, que prescindem de formalizações mais estritas e esvaziando, de fato, os diálogos possíveis com outras perspectivas? Talvez, em decorrência destas práticas, eu venha encontrando, com certa frequência, textos que se classificam como baseados em dados produzidos “na linha da antropologia”, embora não se saiba bem o que isso quer dizer.

Se, evidentemente, este é mais um índice de como fomos bem sucedidos, no Brasil, demonstrando a importância atribuída à investigação artesanal e minuciosa de idéias, sentidos e significados, precisamos também estar atentos, quando ensinamos antropologia, evitando estimular a produção de versões muito espontâneas do trabalho antropológico para que, ao impor a qualidade de nossa perspectiva, não neguemos a validade de outras perspectivas, deixando, muitas vezes, nossos alunos a meio caminho, sem dispor de instrumentos metodológicos adequados de antropologia para desenvolver seu trabalho.

Ressalto, por fim, que não tenho dúvida de que nossa contribuição para a compreensão dos mais diversos fenômenos sociais pode ser valiosa, como não tenho dúvida de que devemos ser permeáveis às demandas e sugestões que nos chegam nas demandas de ensino e pesquisa. A questão é de como encontrar um equilíbrio entre o que podemos ofertar e o que nos é solicitado, mantendo uma relação renovada mas adequada no diálogo entre teoria e dado.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe*. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *A gênese das noções de habitus e campo*. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1973.

DEBERT, Guita. *Antropologia no Brasil: tendências e debates I*. In Trajano Filho, Wilson & Ribeiro, Gustavo (orgs.). O campo da antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria/ABA, 2004.

DINIZ, Débora. *Valores universais e direitos culturais*. In Novaes, Regina (org.), Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Mauad/ABA, 2001.

LENOIR, Remi. *Objeto sociológico e problema social*. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996.

LIMA, Antonio Carlos Souza e BARRETTO Filho, Henyo (orgs.). Antropologia e Identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas, 1977-2002. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2005.

NOVAES, Regina. “Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso”. In: Freitas, Maria Virgínia de e Papa, Fernanda de Carvalho (orgs) Políticas Públicas. Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEN, Ruben. *A reprodução da antropologia no Brasil*. In Trajano Filho, Wilson & Ribeiro, Gustavo (orgs.). O campo da antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria/ABA, 2004.

PEIRANO, Mariza. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

SILVA, Gláucia (org.). Antropologia Extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: ABA; Paralelo 15, 2008.

TRAJANO FILHO, Wilson & RIBEIRO, Gustavo (orgs.). O campo da antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria/ABA, 2004.

VELHO, Otávio. *Algumas considerações sobre o estado atual da antropologia no Brasil*. Antropolítica, n. 1, 1995.

A FUNAI COMO CAMPO DE ATUAÇÃO DOS ANTROPÓLOGOS¹

Izabel Gobbi (FUNAI)

Primeiramente, agradeço ao professor Carlos Caroso pelo convite para participar deste Fórum, onde vou falar sobre a Funai como campo de atuação dos antropólogos. E em “tempos de PAC²”, de grandes empreendimentos que impactam Terras Indígenas e suas populações, este se torna um tema um tanto quanto “espinhoso” e é fundamental trazê-lo para os espaços de debate. Hoje, não dá para falar da Funai sem falar do envolvimento de antropólogos em processos de licenciamento ambiental de obras do PAC. Mas antes de entrar neste assunto apresentarei alguns dados e exemplos da minha própria experiência na Instituição.

Faço parte do quadro de servidores efetivos e entrei na Funai por meio do último concurso público específico para antropólogo, que aconteceu em 2004 e foram oferecidas dezessete vagas, todas sediadas em Brasília. O pré-requisito para ocupar o cargo era ter graduação em Ciências Sociais, e entraram graduados, mestres e alguns poucos doutores (ou doutorandos, à época).

Não disponho de números precisos, mas suponho que a Funai conte com não mais que vinte e cinco antropólogos entre os servidores efetivos, a maioria lotada em coordenações da Sede e alguns poucos

1 Transcrição da fala no Fórum Especial O Campo de Atuação dos Antropólogos no Brasil, durante a 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, de 1 a 4 de agosto de 2010, em Belém – PA.

2 Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

em Unidades Regionais. Também ingressaram, recentemente, antropólogos no concurso para servidores temporários, ocorrido em 2009, e temos, ainda, antropólogos detentores de cargos comissionados (ou “cargos de confiança”). No total, podemos deduzir que atuam hoje, na Funai, cerca de quarenta antropólogos (sem contar aqueles que atuam como consultores ou colaboradores, especialmente em estudos de Identificação de Terra Indígena).

É importante destacar que as atribuições de um antropólogo na Funai variam muito de acordo com a sua lotação, ou seja, da coordenação onde atua. E também não se trata de uma categoria minimamente coesa: nós não nos reunimos para, por exemplo, discutir e refletir sobre a nossa prática ou sobre as implicações dos direcionamentos políticos adotados pelo órgão, dentre outras questões. Na maioria das vezes, sequer sabemos o que os nossos colegas fazem dentro de suas “caixinhas”. E é fato que atuamos muito como em um “balcão de atendimentos” ou “apagando incêndios”, quer dizer, onde demandas são apresentadas e temos que atendê-las em “regime de urgência”.

Há pouco mais de um ano trabalho na Coordenação Geral de Educação – CGE e a minha atuação costuma ser demandada em diversos assuntos que afetam crianças e jovens indígenas, sobre os quais respondo por meio de pareceres, notas técnicas, assessorias para assuntos legislativos, participação em encontros e oficinas de jovens indígenas, além de apoio e participação em projetos comunitários. Por exemplo, na semana passada, eu estava em uma aldeia, no Alto Tapajós, dando aula de Antropologia para professores da turma de Magistério do Curso de Ensino Médio Integrado Munduruku – Projeto Ibaorebu (aliás, uma experiência de educação escolar que, de fato, podemos chamar de diferenciada e que é coordenada pela Funai).

Outro exemplo de atuação minha, enquanto antropóloga da Coordenação Geral de Educação, foi no caso do Projeto de Lei 1057/07, aquele que trata da criminalização do que chamam de “infanticídio indígena” e que é de autoria de um Deputado da bancada evangélica do Congresso Nacional. Neste caso, na ausência de uma manifestação oficial da Presidência da Funai, eu e mais dois colegas da CGE, um antropólogo e uma socióloga, elaboramos uma nota técnica contrária ao Projeto de Lei e encaminhamos, via Procuradoria Jurídica, para a relatora na Câmara.

O problema é que a nossa nota poderia ser facilmente contestada pelos defensores do Projeto, sob a alegação de que não se tratava de uma posição institucional, mas da manifestação isolada de três técnicos. Foi, então, que entrei em contato com o Presidente da ABA, professor Carlos Caroso, e pedi o seu apoio. Pedido que ele atendeu prontamente, enviando uma nota da ABA em apoio à nossa nota técnica.

Relatei dois exemplos pontuais de atuações possíveis de uma antropóloga dentro da Funai. Passarei, agora, ao tema “espinhoso”. É possível afirmar que existem hoje, na Funai, antropólogos que estão, literalmente, a serviço do PAC e que atuam no acompanhamento direto de processos de licenciamento ambiental de grandes obras que afetam Terras Indígenas, tal qual as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte, do Rio Madeira, a pavimentação da BR-319 e da Transamazônica, dentre outras tantas.

É importante ressaltar, ainda, que a Funai pós-Decreto de Reestruturação, publicado em dezembro de 2009, está muito mais adequada ao Programa do Governo Federal que tem como “carros-chefe” o PAC e as chamadas políticas sociais, tais como os Programas Luz Para Todos, Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, dentre outros que estão sendo levados para as áreas indígenas sem a devida atenção às especificidades culturais ou mesmo sem atentar para a real necessidade de sua implantação.

No caso do acompanhamento de obras do PAC, mesmo antes do Decreto, a Funai já contava com um “time” de detentores de cargos comissionados (cargos estes cedidos pela Casa Civil), sendo que muitos deles são antropólogos e grande parte está lotada na atual Coordenação de Licenciamento Ambiental. A ordem vigente, já explicitada em discursos do Presidente da República, é de que a Funai – e os índios – não pode mais ser um “empecilho” para as obras do PAC e aqueles profissionais estão lá exatamente para ajudar nos processos.

Vamos ao caso de Belo Monte, sem dúvida, um dos mais emblemáticos. Quem acompanha o processo deve saber que a Funai emitiu um Parecer favorável ao empreendimento³, elaborado por antro-

3 Parecer Técnico nº. 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI, de 30 de setembro de 2009, encaminhado por meio do Ofício nº. 302/2009/PRES-FUNAI, de 14 de outubro de 2009.

pólogos e profissionais da área ambiental, onde afirma-se que este “é viável, observadas as seguintes condicionantes”.

Sabemos que a Usina de Belo Monte não é um empreendimento viável, em nenhum aspecto, e que as condicionantes jamais serão observadas. Diante disso, qualquer servidor da Funai teria todas as prerrogativas para se recusar a assinar o Parecer, em nome da própria missão institucional do órgão de proteger os Direitos dos Povos Indígenas e em nome de motivações éticas. Mesmo com tais prerrogativas, o Parecer foi assinado e encaminhado ao Ibama.

Sinto-me extremamente incomodada com as posições políticas que a Funai é obrigada a adotar nestes processos e, ainda mais incomodada, com o fato de terem antropólogos diretamente envolvidos. Mas é óbvio que não ignoro o fato de que a Funai, enquanto um órgão de Estado, deve se enquadrar no projeto de Nação que está por trás do PAC. E o preço desse projeto, sabemos, é extremamente alto para os índios.

Para finalizar quero dizer que, apesar disso tudo, os antropólogos e servidores da Funai tem trabalhos técnicos que devem ser resguardados e que independem das decisões políticas finais tomadas pelos dirigentes do órgão. E nós temos as nossas próprias estratégias de atuação e posicionamento político, que se dão por meio da articulação e o diálogo com o movimento indígena organizado, com a ABA, com as universidades e, acima de tudo, com as comunidades indígenas, além do atendimento respeitoso às lideranças e representantes indígenas que nos procuram.

Só para lembrar um último dado: o atual Presidente da Funai, assim como o seu antecessor, são antropólogos (mais uma atuação possível!).

Assim encerro.

POR UMA ANTROPOLOGIA NÃO SITIADA: O CAMPO DE ATUAÇÃO DO ANTROPÓLOGO NO MUNDO

Ondina Fachel Leal

Começo esta narrativa fazendo uma pequena observação ao título aqui proposto: *O Campo da Atuação dos Antropólogos no Brasil* – pois gostaria de falar de uma experiência de atuação como antropóloga brasileira, no Brasil, mas também fora dele, tendo como campo de atuação agências multilaterais e internacionais. De uma forma ou de outra estaremos nos referindo a atuação do antropólogo para além dos muros das universidades, muito além do trabalho de ensino e pesquisa.

Em minha trajetória como antropóloga, ainda que desde de seu início vinculada ao espaço de formação acadêmica, à universidade, tenho tido outras oportunidades de atuação profissional como antropóloga: O trabalho junto a uma agência internacional, a Fundação Ford; e o trabalho junto a agências multilaterais do sistema das Nações Unidas. É sobre estas possibilidades de atuação do antropólogo e carregando comigo um repertório de experiências que me proponho a refletir aqui. Ao mesmo tempo, gostaria de indicar caminhos e mapear um pouco as demandas e possibilidades de mercado que se impõem na atualidade ao antropólogo no mundo globalizado.

Como ponto de partida é bom lembrar que quanto mais globalizado estiver o mundo, maior necessidade haverá de se acessar aquilo que vai se tornando desconhecido, como faces de uma mesma moeda, que é o “local”, isto é, a especificidade de um determinado contexto cultural. Dito de outra forma, a agenda do mundo globalizado pelo

mercado, legislação, tecnologia de informação, processos culturais -- que se estabelece à revelia dos estados nações, borrando fronteiras, não prescinde -- ao contrário -- requer e depende muito mais do conhecimento do especialista em *localismos*, em cultura local. E quem seria este especialista senão o antropólogo? O ofício do antropólogo é o de conhecer em profundidade um dado contexto. Nossas competências para abordar a realidade incluem primeiro, *entender* o que outros antropólogos escreveram sobre outros *locais* ou outras *tribos*; segundo, o domínio de técnicas que nos permitam avaliar realidade, identificar problemas e formular boas questões de pesquisa; terceiro, pesquisar e buscar respostas; quarto, formular soluções possíveis; quinto, capacidade de avaliar e monitorar propostas que tenham a ver com este nosso *know-how*; sexto (mas não se encerra aqui nosso ofício) intervir na realidade naquilo que estiver dentro de nossas possibilidades de atuação, quer como mediadores e tradutores de culturas quer porque acreditemos, como antropólogos e como pessoas, que transformação social seja possível, necessária ou inevitável.

Ao nomear acima pelo menos seis competências que o ofício da antropologia nos instrui e outorga ocorreu-me que estava fazendo um “job description” ou a descrição de um perfil de alta empregabilidade na atualidade, seja no Brasil, seja no mundo. É importante notar que qualquer uma das “expertises” acima descritas por si só teria mercado. Todas juntas e o domínio de idiomas e liturgias hegemônicas nos qualificaria, sem dúvida, para uma excelente colocação internacional. É preciso dar-se conta que temas consolidados na área de antropologia, tais como direitos humanos, gênero, diversidade, etnia, identidade, sustentabilidade, família e reprodução social, doença e cura, entre outros, são caros e, de fato, fundamentais, na reconfiguração da nova ordem mundial.

O trabalho em uma Agência Internacional

Minha experiência de sete anos como coordenadora de um Programa em uma organização internacional, no caso, o Programa de Sexualidade e Saúde Reprodutiva na Fundação Ford, Escritório do Brasil envolvia desenhar o Programa, definir prioridades de atuação dentro do tema específico, escolher, administrar e monitorar um

conjunto de entidades e pessoas que receberiam financiamentos desenvolvendo atividades dentro das prioridades definidas pelo próprio Programa. As atividades desenvolvidas, em geral, estão relacionadas, por um lado, a diversas formas de organização, mobilização e intervenção social e por outro, a pesquisa e investigação social e suporte a programas universitários de formação e desenvolvimento de uma determinada competência ou discussão de um tema que o Programa e/ou a organização como um todo, em suas diversas instancias defina como prioritário. A primeira tarefa de um *Program Officer* (PO) é, portanto produzir um Programa. Não muito diverso do trabalho acadêmico trata-se de produzir uma “tese”, um estudo que, no meu caso específico, avaliava a situação de questões relacionadas à saúde reprodutiva tais como direitos sexuais e reprodutivos, condições de saúde, direito de acesso à saúde no país. Este documento, denominado POM (*Program Officer Memorandum*), apresentando indicadores empíricos, constrói argumentos sobre prioridades e estratégias para investimento de recursos. Ou seja, trata-se de um estudo, seguindo as regras do trabalho científico e que está diretamente relacionado com a experiência acumulada e a capacidade analítica da pessoa que foi escolhida para esta função de *Program Officer*, coordenador de um programa. Certamente que o antropólogo, sobretudo o antropólogo sênior, com muita experiência de pesquisa e capacidade analítica está em uma situação privilegiada para assumir a envergadura que este ofício exige. Em minha experiência em meu período de trabalho na Fundação Ford (de 2000 a 2007), houve períodos que dos cinco Programas existentes então, três posições de *Program Officer* eram ocupadas por antropólogos.

No momento que me afastei do trabalho na universidade para assumir esta posição junto à Fundação Ford em seu escritório no Rio de Janeiro, a Fundação Ford completava 40 anos de sua atuação no Brasil e eu fui a primeira profissional brasileira a ser contratada para esta posição de *Program Officer* no Brasil, em qualquer uma das áreas de atuação. Ainda que de forma tardia, a isto se seguiu uma “nacionalização” dos *oficiais de programa* e hoje a coordenação das quatro áreas de atuação da Fundação e a coordenação geral (posição de *representante*) são todas ocupadas por brasileiros(as). Inclusive, é preciso ser dito, de forma transparente e de divulgação ampla, no momento há

posições para *Program Officer* abertas tanto para o escritório do Brasil como outros escritórios no mundo.

Só para dar um exemplo do tipo de demanda existente, leia-se no anúncio da Fundação para atuar junto ao escritório do Brasil, aberto no momento para a posição de Direitos Humanos, as tarefas são as seguintes:

Gerenciar e avaliar um conjunto de doações e atividades relacionadas a isto, direcionadas a questões de direitos humanos e discriminação racial e étnica. Especificamente este setor busca reduzir sérias violação de direitos humanos inclusive violência letal; atuar contra discriminação institucional, consolidar o uso de legislação de direitos humanos no sistema jurídico; estabelecer um sistema de justiça transparente e "accountable" e dar força a voz de grupos da sociedade civil, nacionalmente e internacionalmente. (<http://www.fordfoundation.org/employment/jobs/297> acessado em 07/11/2010)

Retomando a minha experiência de trabalho na Fundação Ford, o primeiro passo ao assumir uma função como a de coordenação de um Programa é fazer a avaliação do contexto que se vai atuar, no caso, pensar o panorama de saúde reprodutiva no Brasil e definir linhas de atuação, metas e construir indicadores que serão discutidos em várias instancias dentro da instituição e em consultorias chaves com a sociedade civil. Uma vez aprovadas as prioridades de atuação, é esperado do profissional que é responsável por uma determinada área (*portfolio*) e por um determinado orçamento, que tome decisões sobre onde alocar recursos e que assuma o monitoramento destes recursos e atividades. A quantidade de recursos é variável nos diferentes anos fiscais e depende também capacidade do PO de acessar recursos extras dentro da própria organização. Como uma média anual, o orçamento para doações do escritório do Brasil no período que lá estive se manteve em cerca de 15 milhões de dólares. Em geral, as médias históricas mostram que mais da metade destes recursos destinam-se para projetos desenvolvidos por universidades e o restante para sociedade civil, incluindo-se aqui organizações como a própria ABA (Associação Brasileira de Antropologia)

e ANPOCS (Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais). Eventualmente há ações junto a órgãos governamentais como uma parceria estratégica como, por exemplo, CAPES ou o Programa Nacional de AIDS do Ministério da Saúde.¹

No meu caso, na coordenação do Programa de Sexualidade e Saúde Reprodutiva, defini duas prioridades. A primeira delas foi a de apoiar a pesquisa em ciências sociais no tema de sexualidade e saúde reprodutiva, incluindo o desenvolvimento de pesquisa para formulação de políticas públicas. A segunda linha de atuação teve como objetivo superar disparidades e barreiras na questão de acesso à saúde reprodutiva, promovendo iniciativas que reforçassem a capacidade da sociedade civil acompanhar e avaliar políticas e programas voltados para a melhoria de condições sociais e dos direitos reprodutivos. O foco, neste caso, voltava-se para iniciativas comunitárias participativas, para o desenvolvimento de modelos de saúde reprodutiva viáveis e o fortalecimento de organizações comunitárias que atuassem junto aos conselhos municipais de saúde, sobretudo nas regiões norte e nordeste do país.

Em suma, para o tipo de trabalho em uma agência internacional que tentei aqui descrever, não há dúvida que nossa formação como antropólogo nos qualifica plenamente. Outras características e experiências pessoais certamente comporão este perfil: conhecimento aprofundado da área específica de atuação, domínio de outros idiomas, sobretudo inglês e espanhol, capacidade administrativa, capacidade de diálogo, e ter um ritmo de trabalho, suportar pressão e de tomar decisões bastante diferenciadas do nosso cotidiano em ambiente acadêmico. Quando se está “do outro lado do balcão” de demandas de recursos, é bom lembrar que para cada, digamos, 50 solicitações recebidas talvez seja possível e interessante atender a uma. Neste cálculo, é plausível avaliar que para cada vínculo que se construa estejamos produzindo 49 dissensões e que o custo pessoal do exercício de funções como esta pode ser bastante alto. Outra experiência que gostaria de compartilhar é que em geral há uma falta de bons projetos que re-

1 Para um detalhado estudo da atuação da Fundação Ford no Brasil e dados sobre os recursos despendidos e prioridades programáticas ver Brooke, N.; e Witoshynsky, M.(org): Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma parceria para Mudança Social. São Paulo: EDUSP, 2002.

almente apresentem idéias inovadoras e não um excesso de propostas viáveis como se poderia supor, dentro das prioridades já definidas.

O Trabalho em Agencias Multilaterais

No momento em que me convidaram para participar neste Fórum sobre o campo da atuação dos antropólogos na Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia eu estava participando em uma reunião em Genebra de uma das assim chamadas *agencias multilaterais*. Por agencias multilaterais entende-se aqueles organismos vinculadas ao sistema das Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Global e outras de estrutura semelhante, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Trata-se dos organismos que representam vários países, em tese um coletivo de países, e definem compromissos e políticas globais.

Como dizia, a reunião a que me referia acontecia nos arredores de Genebra em um pequeno e idílico vilarejo às margens do lago. Eu estava nesta reunião, como em muitas outras semelhantes nas quais tenho participado de forma regular, no papel de antropóloga, compondo um comitê onde cada uma das pessoas presentes – inclusive eu – carregava consigo um mandato – uma *constituency*, como se diria na linguagem das agencias. Estava naquele lugar e naquele momento compondo um conselho de especialistas por aquilo que minha formação em antropologia me autorizava. No computador aberto e conectado na internet durante a reunião recebo o convite da ABA sobre o Fórum e imediatamente começo a me perguntar qual é mesmo o meu papel como antropóloga ali naquele encontro. O trabalho duraria pelo menos mais duas semanas e ocorreu-me que descrever, transferir para o papel, uma pouco da dinâmica daquele conclave – isto é – trazer algum dado etnográfico daquela situação – seria uma forma de transmitir para uma platéia de antropólogos em formação aquilo que me solicitavam: uma pouco de minha experiência como antropóloga junto aos organismos internacionais.

Tratava-se de uma reunião de avaliação de projetos propostos por países (não por indivíduos) na área de saúde que envolve grande quanti-

dade de recursos, o que está em jogo são orçamentos por vezes maiores do que orçamentos de ministérios da saúde dos respectivos países que apresentam demandas. O regime da reunião é intensivo e de enclausuramento total; como ocorre geralmente nestas situações, a discussão é absorvente, exige muita atenção e há uma obrigatoriedade de convivência de todos os membros do grupo até a deliberação final. Vigilância constante para potenciais conflitos de interesses e riscos de vazamento de informações sobre deliberações passa a ser parte do quotidiano dos muitos dias juntos em reunião. Em alguns dias pode ter feito muito calor, podia-se ver pela janela envidraçada da sala de reunião um sol brilhante sobre o lago e na paisagem deslumbrante e imóvel que passava a ser apenas um papel de parede. Impassíveis cerca de 60 pessoas permaneciam encerradas em uma enorme sala instaladas em uma mesa que conformava um imenso “u”. Era, sem dúvida, uma tribo única.

No mundo das agencias multilaterais – isto é, não sem pátria – mas acima de estados nações, é prezada a conjunção entre multinacionalidades, diversidade técnica (multidisciplinaridade), diversidade étnica, lingüística e de gênero. Nesta tribo colorida e exótica de especialistas e quase-tecnocratas onde a diversidade (ou a ilusão desta) e todos os seus signos devem se instaurar como princípio, constituíamos um conselho de anciões (*seniors* diriam com condescendência alguns) que celebrava a diferença com turbantes, saris, kipás, gravatas ou jeans. Cada um carrega consigo, na sua expertise, no seu sotaque, na sua dieta, na sua indumentária ou na sua corporalidade emblemática, uma identidade nacional para no somatório das diferenças comporem o intrincado jogo de poder do mundo multilateral onde fronteiras simbolicamente se suspendem.

O que autorizava minha presença ali, nesta, e em várias outras situações similares, onde se faz parte de um conselho que delibera em uma dimensão global, pelo menos no meu caso, era minha formação e experiência de pesquisa como antropóloga na área aplicada à saúde, o domínio da área de sexualidade e gênero, e minha *expertise* – para usar o jargão das agencias internacionais – naquilo que a antropologia me qualificou: desenhar ou avaliar ações *culturalmente adequadas*. Em suma, eu estava lá e tenho tido participação constante em Comitês Técnicos como antropóloga, compondo com outras especialidades e

áreas técnicas, a diversidade necessária de um processo de avaliação de projetos de grandes dimensões, cujos proponentes são países, não indivíduos. São projetos na área de saúde que envolve formulação de políticas de saúde.

Faz parte de nosso ofício de antropólogo o domínio de ferramentas para avaliar se projetos apresentados respeitam realidades sócio-culturais específicas. Não cabe aqui no escopo desta fala, aprofundadas análises sociológicas, mas claro está que os colonialismos do mundo globalizado atual tomaram outros formatos. As Nações do Norte não tem como ficar indiferentes ao Sul em um mundo de recursos energéticos escassos, se quiserem manter o mesmo ritmo de consumo. Fronteiras nacionais desvanecem-se com o ir e vir da força de trabalho e as epidemias locais tornam-se globais, em um piscar de olhos, se não contidas. Os problemas de saúde pública de Zanzibar ou Haiti deixam de ser apenas de Zanzibar e do Haiti, pois desembarcam em Manhattan ou Paris. E como enfrentar uma endemia ou uma epidemia sem o perito em cultura. Chame o antropólogo! Chame o antropólogo! Não há “value for money” -- para usar um termo êmico do contexto multilateral -- em investir massivamente, por exemplo, em alguma medicação, se não houver aderência a esta medicação. A organização mundial da mitigação de todos os males engendrou um modo de produção de “soluções culturalmente relevantes” e um próspero mercado de “BCCs”, “IECs” e “ACSMs”. Estes produtos são sempre conhecidos apenas por seus acrônimos, como marcas registradas, respectivamente referem a “Behavior Change Communication”, “Information, Education and Communication material”, e Advocacy, Communication and Social Mobilization”. Certamente, a produção destas mercadorias ou a avaliação da qualidade e eficácia destas abordagens estão dentro da competência dos antropólogos. Afinal, há muito que a antropologia sabe que a gestão de uma doença ou da cura não se encerra na solução biomédica.

As possibilidades de atuação do antropólogo para além do trabalho de formação de novos cientistas sociais e antropólogos são muitas e mesmo o tradicional fazer acadêmico de produção de novos antropólogos tem que -- cada vez mais -- ter claro quais são as demandas para além dos muros de nossas universidades.

No entanto, em geral, formamos mal nossos antropólogos para as demandas do mercado que descrevi acima. Bem o sabemos, a antropologia nasceu aplicada, no entanto, o sistema colonial que gestou a própria Antropologia como disciplina foi tão explícito que esta violência nos marcou profundamente. Foi-se a ingenuidade com este pecado original do próprio saber antropológico e ficamos imobilizados mergulhados em nossa própria culpa e em nosso desencanto – o que por vezes pode nos imobilizar também politicamente. Em outro texto² apontava um certo paradoxo que envolve a Antropologia na atualidade: talvez nenhuma outra área do conhecimento esteja tão instrumentalizada a fazer intervenções sociais de todos os tipos e, no entanto, é igualmente verdadeiro que nenhuma outro campo do saber reflete tanto sobre o limite de seu ofício e se sente tão desconfortável e crítico com suas próprias práticas -- interventoras ou não -- quanto a antropologia.

Não há dúvida sobre as possibilidades e eficácia do conhecimento antropológico em áreas como saúde e medicina, políticas públicas, avaliação de programas e projetos, saúde e segurança ocupacional, justiça, bioética, movimentos sociais, organizações da sociedade civil. Cabe a nós aceitar ou não estes desafios, pensar na nossa responsabilidade e papel como antropólogos frente a um conjunto de questões sociais. A minha posição pessoal é que queremos, sabemos como e podemos mudar realidade social. Talvez caiba a cada um de nós se perguntar se gostaria, se se sente apto e se acredita que tenha esta responsabilidade. Sugiro aqui, como já fiz em outras ocasiões, que o aprendizado da antropologia nos instrumentaliza exatamente para isto, para sermos mediadores de transformações sociais. É que, se em algum momento, a dimensão crítica dos cânones de nossa própria disciplina nos conduziu a uma confortável e arrogante imobilidade, esta se evanece frente a complexidade e urgência que uma epidemia, uma catástrofe ou uma guerra nos coloca.

2 Leal, O. F. e Dos Anjos, J.C. “Cidadania de Quem? Possibilidades e Limites da Antropologia”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 5, n.10 1999

A PRÁTICA ANTROPOLÓGICA: O DESAFIO DE TRABALHAR EM ORGANIZAÇÕES NÃO- GOVERNAMENTAIS

Cíntia Beatriz Müller¹

No Brasil o rótulo ONG – expressão pronunciada com as letras separadas ou como uma palavra apenas “ongue” – tem servido para denominar entidades da sociedade civil que operam em espaços públicos específicos. Em suma, no Brasil, o rótulo ONG é estendido a fundações, institutos, associações e entidades civis organizadas de forma geral transmitindo a falsa idéia de homogeneidade em um campo que é tenso, que reúne entidades bastante díspares entre si e possui escassos recursos para manutenção de pessoal, desenvolvimento de ações e a própria administração da organização. Tais organizações compõem o Terceiro Setor, que tem alcançado repercussão no cenário político nacional frente ao surgimento de novos atores sociais e ao fortalecimento e visibilidade de outros, mais antigos. Basicamente, são sociedades civis, sem fins lucrativos, cuja atuação não se confunde com assistencialismo e filantropia.

Muitas vezes, ao dizer que trabalhamos em ONG, na compreensão do senso comum, parece que realizamos trabalho voluntário, que as pessoas não precisam de salário, que a organização não tem aluguel,

1 A proposta da organização deste livro foi o de escrever sobre a prática antropológica no contexto de organizações não governamentais (ONG) e que, a partir de minha experiência, produzisse um texto mais livre, quanto ao seu formato e linguagem, para uma coletânea organizada no âmbito da Associação Brasileira de Antropologia.

conta telefônica, técnicos contábeis, advogados e secretárias/os para serem pagos, apenas para nos referir a questões de cunho administrativo. São escassos os financiamentos, aliás, que prevêem o pagamento da denominada “taxa de administração”, taxa esta que permite que se desenvolvam as ações em um local específico, com infra-estrutura adequada, que não a da sala ou escritório da residência daquele que se empenha na atividade principal do projeto. O rótulo ONG surge estrategicamente, para setores conservadores, como definidor de um mundo “*encantado*” onde um grupo, sempre de “*hippies*” (classificação utilizada para minimizar o alcance do trabalho realizado por parte dos profissionais do terceiro setor), se reúne para “*trabalhar em defesa dos excluídos*”. Pelo contrário, a ação das organizações civis tem sua atuação potencializada pela forma como novos espaços públicos têm se configurado na sociedade brasileira e pela habilidade de seu pessoal em transitar por tais espaços.

Esta obliteração coloca sob o manto acinzentado do rótulo é estratégica para achincalhar e tornar invisível o trabalho de pessoas que desenvolvem suas atividades seriamente e com competência. Dentre tais profissionais se encontra o antropólogo. Como me disse uma antropóloga certa vez em uma palestra: a função do antropólogo “*não é pegar bandeira e ir para o asfalto*”. Esta pesquisadora ainda crê que o cientista é neutro. Bem, convicções à parte, explico que ONG não é sinônimo de “*movimento social*”, outra confusão estrategicamente posta no cenário brasileiro. Recorro a minha experiência.

Fui pesquisadora no Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE, em sua sigla inglesa), cujo escritório para a América latina se localizava em Porto Alegre/RS. Este centro de pesquisas não atuava e jamais atuou COMO movimento social e, sim, COM movimentos sociais que pleiteiam o direito à moradia digna em nosso país e no mundo. Ao atuar COM os movimentos sempre tivemos presente que o protagonismo no campo de ação é DOS atores integrantes dos movimentos sociais, que vivem no dia-a-dia as condições de vida que buscam modificar. Atuávamos em ações de advocacia e na produção de conhecimento sobre questões relacionadas ao direito à moradia. Ou seja, produzíamos, na maior parte das vezes, cursos e publicações que

traduziam para parte das pessoas envolvidas nos movimentos sociais a gama de direitos que lhes são garantidos em legislações internacional e nacional. Concordamos todos que a linguagem jurídica, no Brasil, como na maior parte do mundo, está longe de ser “popular”. Assim, na metáfora “*sacudir a bandeira no asfalto*”, preocupávamos a consistência e compreensão acerca do significado da “*bandeira*” e em torná-la um tanto mais visível no cenário nacional.

Em ONG’s, geralmente, os profissionais, o que inclui os antropólogos, tem consciência de que trabalham “*por projeto*”: sua permanência na organização e a continuidade de seu trabalho/pesquisa depende, na maior parte das vezes, do financiamento captado. Muitas doações são feitas, para organizações da sociedade civil, também, de forma voluntária e algumas vezes anônima. Assim, são escassos os financiamentos para as organizações em si, eles são pensados para a linha de ação da ONG. Isto faz com que as ações das organizações sejam, muitas vezes, descontínuos e fragmentados. Lidei, inúmeras vezes, com a angústia de saber o que deveria ser feito, para que parte do Brasil deveria me deslocar para levantar dados ou disseminá-los, mas não existia orçamento previsto para tanto. A rigidez na construção de orçamentos e os critérios definidos pelas organizações que financiam atividades fazem com que algumas instituições transmitam a falsa idéia de que atuam exclusivamente em uma área geográfica ou privilegiem determinado grupo em detrimento de outro. No Terceiro Setor não existe correlação entre assegurar o benefício do público alvo e manutenção do financiamento que potencialize a manutenção da organização. Há sempre que se buscar atender a expectativa de ambos, público-alvo e financiadores, mesmo frente às discrepâncias existentes entre os dois universos (Heckert e Silva 2008).

Certa vez em uma discussão sobre financiamento da linha de ação junto aos quilombos no Brasil, linha em grande parte sob minha responsabilidade onde trabalhei, tive a informação de que a agência que pagaria meu salário estava avaliando a pertinência de investir no Brasil ou no Sudão! De forma alguma cogito que a realidade brasileira possa ser comparada com a do Sudão. Ao mesmo tempo compartilha-va da idéia de que o sofrimento humano existia em ambos os contextos e que ações poderiam ser desenvolvidas no Brasil visando assegurar a

dignidade humana do povo quilombola. O dilema também tem uma outra dimensão perversa: aqui, ou no Sudão, pesquisadores ou ativistas da área de direitos humanos não fazem fotossíntese. Ainda precisamos interagir num mundo onde o salário é que nos possibilita pagar as contas no final do mês, sustentar uma casa e uma família. Em grande parte este dilema me levou a escolher fazer um concurso público no Brasil, continuar produzindo conhecimento qualificado sobre os direitos coletivos no país. (Minha contribuição silenciosa para o Sudão.)

O antropólogo “ongueiro” por oposição ao antropólogo da academia

Muitas vezes já vi colegas antropólogos, professores de universidades públicas, afirmando que este ou aquele colega é “de ongue”, estabelecendo uma espécie de hierarquia entre aqueles que produzem na academia e em organizações, notadamente privadas. Esta hierarquia é calcada numa falsa idéia de autonomia que grande parte dos professores universitários possuiaria, conto-lhes que antropólogo de “ONG” não precisa se preocupar com Lattes e seu aumento de salário não decorre de decurso de prazo e pontuação (a conhecida “progressão funcional”). As ações do antropólogo de “ONG” pode ser conhecida a partir do histórico ou da missão da instituição na qual ele trabalha, ao passo que quem define a linha de ação das pesquisas acadêmicas são órgãos estatais como o CNPq e as Fundações de Amparo a Pesquisa estaduais, onde funcionam. Atire a primeira pedra quem jamais se questionou sobre a falta de financiamento para pesquisas sobre determinados assuntos, que prolifera no país? Quem jamais “readequou” seu projeto de pesquisa acadêmica para se enquadrar neste ou naquele Edital? Se hoje pesquiso com comunidades quilombolas, deverei pesquisar logo, logo com a mulher ou a criança quilombola...

De fato, a autonomia e estabilidade do antropólogo no setor acadêmico público é maior se comparada com o antropólogo de outros setores e incluiria, aqui, as universidades privadas. Conheci uma excelente doutora em antropologia social que foi contratada por uma universidade privada e, em seu primeiro semestre de trabalho, foi supervisionar a disciplina “Trabalho de Conclusão”, para o curso de Ci-

ências Contábeis, na qual deveria verificar, basicamente, a aplicação de regras da ABNT pelos estudantes. Em meu primeiro semestre, após aprovação em concurso público em uma Universidade, tive que dar aula de “Filosofia da Educação” e “Ciências e Ética”, ou seja, lecionar em matérias que “ninguém queria dar aulas” e para as quais eu não me sentia com formação. Perversões e desinformações à parte, mesquinhez humana existe tanto no setor acadêmico, público ou privado, quanto no campo das organizações não governamentais. Neste aspecto, um doutorado não faz muita diferença.

Um dos maiores desafios que é posto ao antropólogo atuante no Terceiro Setor é o de assegurar a responsabilidade social no desempenho das atividades frente ao ritmo de exigências e ao quadro de “metas” a serem alcançadas nas ONGs. O trabalho do antropólogo não é uma função exótica, é antes assustadoramente desconhecida. Desconhecida, inclusive para muitos antropólogos, a falta de um marco regulatório de nossa profissão fragiliza, em boa parte, a possibilidade de pleito por melhores condições de trabalho/pesquisa e reconhecimento de nosso campo de atuação por outros especialistas. Seguidamente nos vemos em disputa com outros profissionais em relação a uma divisão social do trabalho coerente que reflita mais troca entre parceiros do que disputas pelo reconhecimento de autonomia frente a distintos campos.

Mas, voltando ao tema, existem dois outros pontos que quero ressaltar na atuação do antropólogo no Terceiro Setor: o fator ritmo de trabalho/pesquisa e o caráter do antropólogo como solucionador de problemas ao invés de pensador/questionador qualificado. Nossos cursos de pós-graduação nos preparam para sermos antropólogos com uma ênfase bastante grande na realização da pesquisa. São premissas da pesquisa antropológica, ao menos em minha tribo, buscar conhecer ao máximo o contexto que encontraremos em campo. Porém, sem antecipar resultados frente ao conjunto de possibilidades apresentadas quando chegamos lá pela primeira vez, tanto que realizamos a entrada em campo e uma pesquisa exploratória após a qual selecionamos e/ou corrigimos nossas estratégias metodológicas de coleta e/ou análise de dados. Em se tratando de ONG, na franca maior parte das vezes, o antropólogo para ter seu trabalho financiado deve, além de definir a

área geográfica² de realização de seu “trabalho”, definir o resultado do mesmo e, pasmem, traduzi-lo em números para ter um indicador mais preciso de aferição de impacto de suas ações.

Antropologia não é futurologia ou engenharia social. Vejam que estou pensando em antropólogos que integram quadros de ONG’s após a realização de uma pós-graduação, mas esta situação é mais complicada quando pensamos na formação de nossos acadêmicos de graduação em Ciências Sociais, muitos cursos, aliás, sem ênfase em antropologia. Na graduação são poucas as oportunidades de pesquisa oferecidas. Há um enorme desconhecimento sobre o que trata a antropologia. De forma geral, contudo, parece existir um consenso estereotipado de que ela formaria especialistas na “diversidade”³, leia-se “afro-brasileiros, mulheres, LGBTQI+, indígenas, infância e adolescência”, em suma apenas não trataríamos do “homens, brancos, maiores de 18 anos”, óbvio, caso não estejam “em conflito com a lei” ou sejam moradores de “favela, periferia, vilas, guetos, dependentes químicos, grafiteiros, surfistas, esqueitistas, produzam rap ou hip-hop e etc”. O antropólogo na ONG torna-se uma espécie de especialista na “diversidade” que deve dela entender, por conta de sua formação, e que deve ter solução para problemas que incidam sobre cada um destes segmentos.

Atuar no campo das soluções rápidas e, muitas vezes, estereotipadas não é papel do antropólogo, aliás ele é formado exatamente para questionar isto. Em ritmo de ONG devemos produzir textos, apresentar projetos (objetivos e, de preferência, com respostas traduzidas em dados quantificados) e formular “produtos finais” sobre os quais poucas vezes temos tempo para pensar criticamente. É o ritmo de trabalho do “apagador de incêndios”. Isto assusta, e muito, aos antropólogos que se vêem envolvidos neste campo do mercado de trabalho, não pensem que isto não é causa de angústia. Trata-se de brigar diária, no âmbito das organizações, para a realização de uma antropologia da ação, atenta aos pressupostos teóricos da disciplina, em um cenário em que o profissional é impulsionado para uma antropologia mais

2 Sobre a qual, via de regra, deve-se informar valores e indicadores estatísticos.

3 Tenho que usar este termo entre aspas, pois não sei mais do que se trata.

próxima da aplicada. Isto é um emprego que paga aluguel e, se vc tiver muita sorte, terá carteira de trabalho assinada e um plano médico. Vejam que não mencionei férias ou 13º salário.

Além destas condições ou da falta delas, ritmo de trabalho rápido, pouca compreensão acerca do que, realmente, faz um antropólogo estamos na maior parte das vezes sozinhos. Somos “*avis raras*” nestas organizações e, oxalá, não sejamos mera peça de decoração na estrutura social da mesma. Afinal o fato de “termos um antropólogo na equipe de trabalho”, pode ser uma razão atraente para se conseguir um financiamento. Tais profissionais ainda terão sorte se ainda pudermos trocar idéias com grupos de pesquisas em universidades ou esporadicamente com pares que os levem a sério em congressos ou reuniões de antropologia!

E existe o campo, afinal “estar lá” é constitutivo de grande parte de nosso “mana” científico: fui fotografada quando andava pela calçada na rua do Sol, em São Luís/MA, por dois homens que fugiram em um carro quando parei na calçada para tentar entender o que faziam; tentem pegar sozinha a lancha dos fuzileiros navais, com os fuzileiros, e descer em uma base de adestramento para encontrar uma liderança quilombola que não está lhe esperando na ponte de desembarque que fica numa ilha; vá a uma audiência onde o militar que está sentado em sua frente deixa estrategicamente a vista a lista das pessoas que estão na sala e as instituições – inclusive universidades – as quais estão filiadas; receba a informação que para certos setores de estado você é considerada “espiã internacional”. Não acredito nesta última informação, quanto às outras estava acompanhada, portanto não digam se tratar de “mania de perseguição”! Como disse minha mãe após o episódio de São Luís/MA: “nossa filha está fichada no DOPS!”.

Alguém diga que estou mentindo. Curiosamente, a única ameaça, velada, claro, que recebi – “de levar um tiro” – foi durante a realização de um relatório antropológico no interior do Rio Grande do Sul quando realizava pesquisa no âmbito de um projeto da UFRGS. Também quando já era professora no interior do Mato Grosso do Sul fui tachada de “terrorista” por ruralistas em um site. Assim, fecho este artigo, no qual espero não espantar os colegas ou aqueles que um dia optem por aprofundar sua formação no campo da antropologia

com duas colocações: as condições de trabalho para antropólogos em ONG's não são das melhores, consequência, também, de problemas estruturais que atingem às próprias organizações e seus trabalhadores; e, na minha avaliação, o mais grave, a sociedade desconhece o que fazem os antropólogos, sejam de ONGs, sejam da academia, enquanto isto perdurar continuaremos sendo especialistas na “diversidade” e, enquanto formadores de futuros antropólogos, realimentando um circuito de ilusão que pode representar a séria incompreensão de uma atividade que se quer arte, mas se comporta como uma profissão.

Referências

HECKERT, C. R. e SILVA, M. T..Qualidade de serviços nas organizações do terceiro setor. **Produção**, v. 18, n. 2, maio/ago. 2008, p. 319 – 330.

MADEIRA, F. R. e BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do terceiro setor. **São Paulo em Perspectiva**, 17(3-4): 177-184, 2003.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Carlos Caroso & Fátima Tavares

Em agosto de 2010 a ABA foi convidada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, com prazo muito exíguo, para enviar representante para participar da Reunião de Trabalho dos Articuladores Estaduais/Regionais do Sistema Unificado de Assistência Social-SUAS, que ocorreria em Brasília. Na ocasião foi representada por sua vice-presidente Lia Zanotta Machado e a tesoureira Cristina Patriota de Moura.

Àquela altura já haviam ocorrido várias das Articulações Estaduais com vistas a levar propostas para os Encontros Regionais, sendo ainda possível ter representação na articulação da Bahia, quando foi representada pela vice-coordenadora do GT de Quilombos, Cintia Beatriz Miller, e no Encontro Regional do Nordeste em Fortaleza, quando foi representada por seu presidente Carlos Caroso, que também veio a participar da Reunião Ampliada e Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social, ocorrida também na mesma cidade.

Os relatos encaminhados pelas representantes nas duas outras reuniões e o convite para participação de Carlos Caroso como debatedor em uma mesa redonda em que foram analisados os recursos humanos no âmbito do SUAS, levou-nos a elaborar e discutir o texto-proposta que busca delinear o potencial de participação dos antropólogos com sua expertise e experiência profissional na assistência social.

Em todas as ocasiões que tivemos oportunidade de nos pronunciar sobre a participação dos antropólogos, insistimos na necessidade

de reconhecer e definir papéis e atribuições profissionais para que seja viável a prática da cooperação entre os conhecimentos disciplinares e atuações profissionais de maneira específica e complementar. Nessas ocasiões nos referimos particularmente à necessidade de traçar as linhas divisoras entre os conhecimentos e formas de atuação dos antropólogos e sociólogos: estes últimos tem 45 participantes com emprego no SUAS, enquanto os antropólogos são apenas 6. No texto que segue nos dedicamos a formular esta participação, partindo da própria tomada de consciência dos antropólogos sobre sua atuação como profissionais fora de empregos acadêmicos particularmente a partir de fins da última década do Século XX, para tentar identificar algumas das formas como os antropólogos já atuam, podem e devem atuar no mundo do trabalho representado pela inserção não acadêmica.

Partimos, assim, do reconhecimento de que até as últimas décadas do referido século os antropólogos se colocavam, propositadamente, na “informalidade profissional”, tendo na academia seu principal lócus de atuação formal. Isto, contudo, não quer dizer que os antropólogos não tenham atuado, de maneira direta ou indireta, em vários âmbitos, incluídos a assistência social, tanto disponibilizando os conhecimentos resultantes de suas pesquisas com populações desassistidas pelo Estado, quanto através de sua participação direta em entidades e órgãos que prestam vários tipos de assistência àqueles segmentos populacionais aos quais se prefere seu conhecimento, particularmente na formulação de políticas públicas sensíveis à diversidade de culturas identidades étnicas, culturais e sociais.

Esta atuação que sempre fez parte do fazer antropológico nunca foi definida adequadamente, até como conseqüência do reconhecimento estreito ou limitado que se tinha da assistência social até bem recentemente quando a implantação do SUAS em 2006, seguindo orientação da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS (Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993), que instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, veio a exigir a participação de profissionais de diversas áreas, de forma a estes contribuírem em suas especialidades com sua formulação, planificação e gestão. Outrossim, da forma que esta questão foi historicamente tratada no Brasil, a título de comparação, equivaleria a reduzir a operação do SUS, que é um sis-

tema equivalente ao SUAS, às atividades dos médicos e enfermeiros, quando sabemos, em ambos os sistemas unificados, serem estas necessidades muito mais amplas e complexas, exigindo a participação de profissionais e abordagens multidisciplinares que se complementem, com vista a assegurar boa qualidade na atenção. Assim, enquanto representante da Associação Brasileira de Antropologia, defendemos a presença necessária dos antropólogos nas várias dimensões que constituem o SUAS, com base nos argumentos que abaixo desenvolvemos.

A antropologia, enquanto disciplina acadêmica, atravessa um momento de grande discussão em torno do alcance do seu reconhecimento, dos limites e potencialidades tanto da produção teórico-conceitual quanto das “ferramentas” metodológicas que são utilizadas para a produção do conhecimento estritamente antropológico. Um argumento corrente é que seu principal método de trabalho, a etnografia, é o grande responsável pela sua capacidade de se introduzir em novos territórios rurais e urbanos: povos indígenas originários, grupos quilombolas, povos de terreiro, camponeses, comunidades de fundo de pasto, geraiszeiros, faxinalenses e outros agricultores tradicionais etnicamente diferenciados, extrativistas, ribeirinhos, seringueiros, açazeiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, caiçaras, ciganos, migrantes e imigrantes, habitantes de periferias urbanas, trabalhadores autônomos e informais, enfim, estes entre outros segmentos ditos tradicionais que vem redesenhando a modernidade no país e, que encontram na legislação amparo para seus pleitos por direitos e tratamento diferenciados; sem desconsiderar a modernidade e estudo de estilos e modos de vida de populações urbanas: padrões de consumo, usuários de drogas, portadores de deficiências e doenças transmissíveis, pessoas situadas em grupos de risco, juventude, envelhecimento etc.

Atualmente novos desafios tornam mais complexas as discussões em torno da competência profissional do antropólogo. Assim, desde meados dos anos 90 os debates vêm ganhando crescente importância em torno da complementaridade de duas questões: a expansão do ensino da antropologia em nível de graduação, por um lado; e o perfil exigido para enfrentar os desafios da atuação profissional, por outro.

Certamente essas duas questões são faces de uma mesma problemática, que se encontra relacionada ao que atualmente se espe-

ra da atuação do antropólogo no campo profissional, que podem ser sintetizadas nestas perguntas que nos fazemos e que nos são feitas: Como a sociedade compreende o exercício profissional da antropologia? O trabalho de campo e a produção de etnografia sobre os mais diferentes segmentos sociais produzem desdobramentos de que tipo? Cabe ao antropólogo apenas “conhecer” os “seus” “nativos” objetivando uma tarefa estritamente acadêmica ou também estaria autorizado a ser seu “porta-voz” para a defesa de direitos e garantias constitucionais? Como se inserir adequadamente nas redes de compromisso e solidariedade que o trabalho de campo necessariamente desencadeia?

A produção de perícias e laudos antropológicos de reconhecimento identitário e territorial das populações tradicionais enfrenta justamente os desafios de um conhecimento híbrido. Encontra-se na confluência entre a produção de conhecimento antropológico “genuíno”, já que se fundamenta nos mesmos critérios científicos e éticos da produção de etnografia, por um lado; e, por outro, enfrenta a interpeção do Estado através dos seus operadores jurídicos e administrativos, que delineiam o “problema” a ser enfrentado pelo antropólogo. Seguindo a mesma direção, os recentes bacharelados em antropologia no país enfatizam determinados perfis e exigências profissionalizantes que são esperadas na formação dos antropólogos, para estes possam atuar adequadamente na compreensão e busca de soluções apropriadas para questões situadas em sua esfera de competências. Encontramos, assim, uma preocupação com o alargamento das habilidades que tradicionalmente caracterizam o antropólogo. A formação do estudante compreenderia o contato, ainda que inicial, com a diversidade crescente da habilitação profissional que lhes possibilita desempenhar relevantes atividades no campo da advocacia sócio-cultural, exercendo funções de mediador cultural, curador e gestor de patrimônio cultural, perito na elaboração de laudos antropológicos, participante na elaboração, aplicação e mediação legal de políticas públicas voltadas para segmentos diferenciados, entre outras funções que pode exercer na assistência social às populações.

Vê-se, assim, que o campo de atuação profissional dos antropólogos no Brasil encontra-se em intensa discussão e ampliação de seus horizontes, de forma que a discussão empreendida nos Encontros de

Trabalhadores da Assistência Social fomentada pelo Conselho Nacional de Assistência Social é de grande interesse para Associação Brasileira de Antropologia e para antropólogos acadêmicos e profissionais no Brasil, que se fazem representar e contribuir para as discussões em seu campo de atuação.

Os antropólogos brasileiros têm muito a contribuir enquanto categoria profissional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As competências e atuação do antropólogo frente à Assistência Social podem ser detalhadas da seguinte forma:

1. Como contribuição mais ampla, vale ressaltar a vocação antropológica para incrementar novas possibilidades de tradução entre mundos possíveis, contribuindo para o dinamismo cultural contemporâneo, marcado por identidades e direitos plurais. Estes são desafios cada vez mais presentes no trabalho antropológico, que podem ser mobilizado, como acentua Latour, através da imagem do “antropólogo diplomata”, em contraste com a postura tradicional do “antropólogo *savant*”. Diferenciando-se da figura do *expert*, competente em mundos estanques, que apreende, compara, compila, conduz experimentos, convoca e compete com seus pares por explicações/interpretações plausíveis, o “antropólogo diplomata” não dispõe de certezas pré-estabelecidas, já que está envolvido nos novos deslocamentos que sempre refazem as arenas da política, demandando trabalho no sentido da mediação cultural, buscando reconhecer as necessidades sentidas coletivamente e individualmente, para com base nisto formular suas explicações e propor as ações fundamentadas em seu conhecimento.
2. O treinamento recebido pelos antropólogos os habilita a fazer uso de métodos etnográficos na abordagem e reconhecimento das peculiaridades sócio-culturais de populações, grupos sociais diferenciados e das pessoas que fazem parte destes, contribuindo, assim, para a formação de quadros habilitados para atuar na atenção às demandas sociais mais variadas. Integra o treinamento destes profissionais o desenvolvimento da

sensibilidade etnográfica aos fatores culturais que, muitas vezes, quando não reconhecidos, constituem entraves na assistência social adequada às populações, tornando, assim, sua participação indispensável para a formulação de políticas de assistência social, sua execução e avaliação contínua de seus resultados.

3. Através de sua atuação, os antropólogos buscam promover uma redefinição do caráter assistencial tradicionalmente associado às políticas públicas em geral. Assim, contrariamente à idéia do denominado “público-alvo” (que tem sua origem nos “construtores” das políticas ou *state-makers*, que freqüentemente têm interesses diferentes dos usuários do sistema) reconhecemos que o “público-alvo” a quem se destinam as políticas públicas interfere tanto quanto todos os “profissionais” para a concretização e continuidade dos empreendimentos do Estado. Na visão do antropólogo, o “usuário” não é uma entidade passiva, um objeto a que se destinam as políticas públicas, já que o sistema apresenta características não lineares, mas circulares e reflexivas nas condutas e atitudes do usuário, então, como as de qualquer outro mediador, encontram-se no meio do processo, do fluxo e por isso mesmo produzem interferências no curso dos acontecimentos, requerendo que sejam consideradas na formulação de políticas públicas e dispositivos destinados a prestar-lhes assistência social.
4. Mais especificamente, pode ser destacada a importância estratégica da participação de profissionais com sólida formação específica em antropologia em seis dimensões da elaboração e execução das políticas públicas:
 - 1.1. formulação de estratégias de assistência social culturalmente sensíveis, com a incorporação no planejamento e devida consideração para pluralismo cultural em seus componentes étnicos, raciais, gênero, etários, lingüísticos, territoriais, espaciais, temporais, religiosos, mágicos, míticos etc., que diversificam as populações a serem assistidas pelo SUAS ou outros sistemas únicos de assistência (e.g. SUS);

- 1.2. formulação de políticas públicas de assistência social e de estratégias de execução e gestão destas políticas que dimensionem adequadamente a importância da diversidade sócio-cultural, com vistas a assegurar a efetividade da assistência social;
- 1.3. elaboração de projetos de intervenção comunitária que contemplem o pluralismo sócio-cultural das populações atendidas e respeito à diversidade e individualidades;
- 1.4. planificação e gestão das relações sócio-culturais comunitárias, tendo em perspectiva a compreensão da diversidade étnica, cultural e social;
- 1.5. elaboração de instrumentos de avaliação que permitam tomar em conta a diversidade sócio-cultural em suas várias dimensões e composições, com repercussões positivas para a maior efetividade dos sistemas de assistência;
- 1.6. gestão da sistemas assistenciais com base na observância do aprendizado obtido através do trabalho etnográfico e aprendizado no campo.

ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
Universidade de Brasília - Departamento de Antropologia -
Campus Universitário Darcy Ribeiro - ICC Centro, Sobreloja - B1-349/65
Telefone/fax: (55) (61) 3307-3754
www.abant.org.br

Considerando que a graduação em antropologia é uma realidade no país, o objetivo deste livro foi o de estimular uma discussão sobre essa formação, considerando a diversidade geográfica e de áreas de especialização do corpo docente na antropologia brasileira

Os depoimentos que compreendem a primeira parte deste livro são oriundos do esforço da Comissão de Ensino e Ofício do antropólogo da ABA, que organizou durante a 27ª RBA, em Belém de 2010, dois Fóruns Especiais.

O primeiro Fórum intitulou-se “Graduação em Antropologia no Brasil: experiências e perspectivas” e contou com a participação de antropólogos de diferentes universidades brasileiras, que apresentaram relatos sobre o processo de implementação dos cursos de graduação em antropologia atualmente em curso. No segundo Fórum intitulado “O campo de atuação dos antropólogos no Brasil”, se discutiu os desafios das diferentes inserções (ONGs, instituições governamentais, empresas etc) e suas relações com o trabalho acadêmico, além de refletir sobre o ensino de antropologia para não-antropólogos.

Além de algumas contribuições dos Fóruns aqui reunidas, temos ainda outros trabalhos. As demais reflexões foram posteriormente solicitadas a antropólogos que já tiveram experiências profissionais em áreas cuja demanda atual por profissionais qualificados constitui um desafio para a profissão

ISBN 978-85-87942-03-6



9 788587 942036